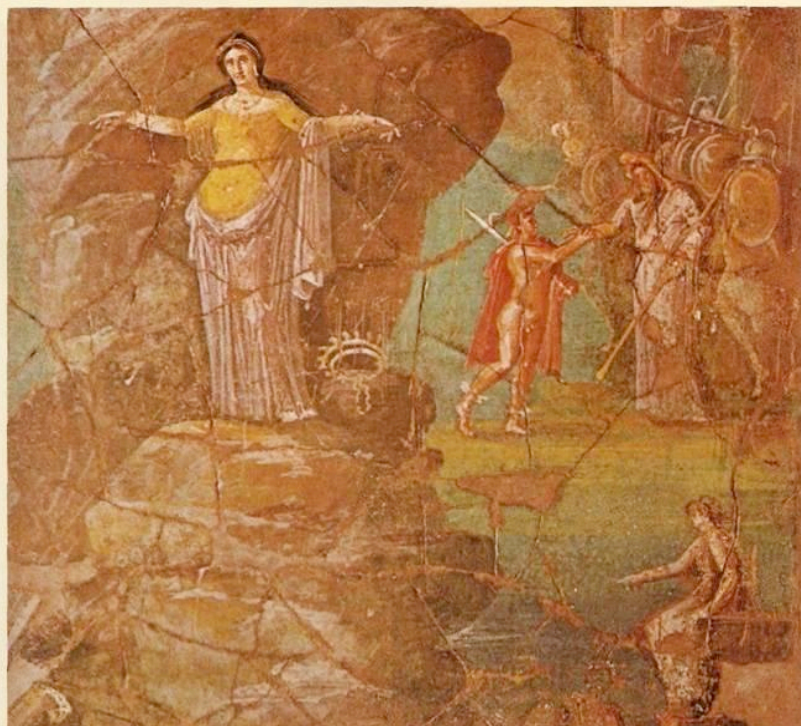


Pedro Paulo Funari

# GRÉCIA E ROMA



Vida pública e vida privada  
Cultura, pensamento e mitologia  
Amor e sexualidade

DIGITAL  
Source

HISTÓRIA  
CONTEXTO

REPENSANDO A HISTÓRIA  
coordenador  
Jaime Pinsky

## Grécia e Roma

Pedro Paulo Funari



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

---

Copyright ©2001 Pedro Paulo A. Funan

*Coordenação de textos*  
Carla Bassanezi Pinsky

*Diagramação*  
Fábio Amando

*Revisão*  
Sandra Regina de Souza

*Projeto de capa e montagem*  
Antônio Kehl

*Imagem da capa*  
*Andrômeda acorrentada*, detalhe de um muro em Pompéia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação, (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro. SP. Brasil)

---

Funan, Pedro Paulo

Grécia e Roma / Pedro Paulo A. Funari. - 2 cd - São Paulo :  
Contexto. 2002 - (Repensando a História).

Bibliografia.  
ISBN 85-72-44-160-3

1. Grécia – Civilização, 2. Grécia - História 3. Roma – Civilização, 4. Roma –  
História. I, Título. II, Série

00-4807

CDD-938  
-937

---

Índice para catálogo sistemático:

- |                               |     |
|-------------------------------|-----|
| 1. Grécia antiga: Civilização | 938 |
| 2. Grécia antiga: História    | 938 |
| 3. Roma antiga – Civilização  | 937 |
| 4. Roma antiga: História      | 937 |

---

2002

---

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)  
Diretor editorial *Jaime Pinsky*  
Rua Acopiara, 199 - Alto da Lapa  
05083-110 -São Paulo - SP  
PABX: (11) 3832 5838  
FAX: (11) 3832 1043  
contexto@editoracontexto.com.br  
www.editoracontexto.com.br

*Agradecimentos: Carla Bassanezi Pinsky, Hector Benoit, Martin Bernal, Joaquim Brazil Fontes, Raquel dos Santos Funari, João Angelo Oliva Neto, Jaime Pinsky; Victor Revilla, Haiganuch Sarian, Alain Schnapp, Ellen Meiksins Wood.*

*Para José Remesal.*

## Sumário\*

Introdução .....	9
Grécia.....	13
Roma.....	77
Sugestões de leitura.....	135
Anexo-Linha do tempo.....	139

\* A Numeração de páginas do sumário corresponde ao original impresso.

*PS: As páginas estão numeradas de acordo com o documento original, indicando sempre o final de cada uma, entre colchetes.*

## ROMA

### ROMA ANTIGA: cidade e estado

Sempre que ouvimos falar em Roma, logo pensamos na cidade de Roma, capital da Itália, onde reside atualmente o Papa. E realmente, Roma é esta cidade. Mas a Roma atual nada mais é do que a continuação de uma Roma muito mais antiga, fundada há quase três mil anos. Para diferenciar a cidade de Roma atual da antiga, costuma-se chamar de "Roma antiga" a cidade fundada, segundo a lenda, em 753 a.C. Roma, entretanto, não foi apenas uma cidade, mas com a conquista, primeiro da Península Itálica e, depois, de todo o Mediterrâneo, passou a designar o mundo dominado pelos romanos. Assim, Roma designa uma cidade antiga e todo um império, um imenso conglomerado de terras que, no seu auge, se estendia da Grã-Bretanha ao rio Eufrates, do Mar do Norte ao Egito. "Todos os caminhos levam a Roma", ditado dos próprios romanos para dizer que todas as estradas conduziam à cidade de Roma, considerada o centro do mundo. Assim, Roma significa, ao mesmo tempo, uma cidade e um Estado.

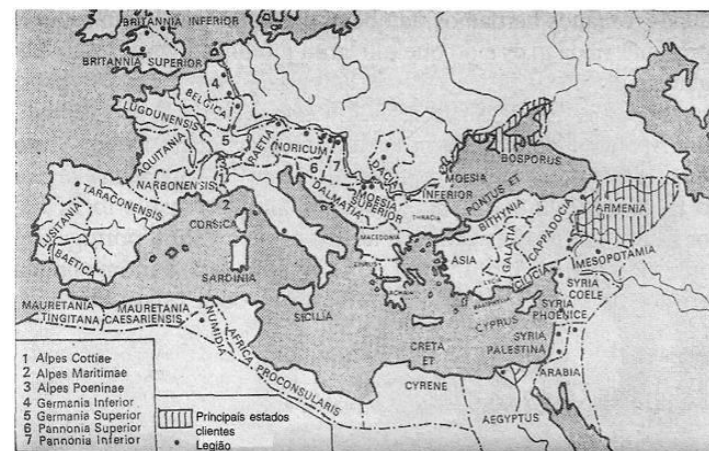
### COMO SE PODE conhecer o mundo romano?

Para que se possa conhecer o mundo romano, dispomos de diversas fontes de informação: documentos escritos, objetos, [pág. 077] pinturas, esculturas, edifícios, moedas, entre outros. Os romanos falavam o latim, língua que está na origem inclusive da língua portuguesa. Escreviam utilizando-se do alfabeto latino, cujas letras maiúsculas são as mesmas ainda hoje. Os romanos escreveram muitas obras, de diferentes gêneros, que chegaram até nós graças à cópia manual feita pelos religiosos da Idade Média. Produziram comédias, tratados de Filosofia, discursos, poesias, História. Essas obras constituem uma fonte de informação importante para que possamos conhecer aquilo que pensavam os romanos sobre sua própria sociedade.

As obras latinas que nos chegaram por esta tradição literária limitam-se a uma parcela muito reduzida do original, pois muitos dos livros antigos não nos alcançaram. A maioria das obras não foi muito copiada na própria Antiguidade, pois os manuscritos eram pouco numerosos e apenas alguns livros populares foram reproduzidos em larga escala. Muitos discursos do orador Cícero (106-43 a.C.), considerados leitura obrigatória para todos os que estudavam a língua latina, foram muito bem preservados. A maioria das obras antigas, contudo, era

escrita e publicada, obtendo boa divulgação por, no máximo, alguns anos, para depois deixar de ser copiada. Destas hoje só nos restam, em geral, o título. Mesmo das obras que foram reproduzidas durante séculos, muitas foram perdidas pela falta de interesse dos copistas medievais. Algumas obras, consideradas impróprias pela Igreja, deixaram de ser copiadas, desaparecendo no decorrer dos séculos.

Além dessas obras, temos acesso também aos vestígios que os romanos nos deixaram. O mundo romano já foi definido como "o mundo da escrita", pela grande importância dada a ela. Costumavam-se escrever não apenas livros, cartas e documentos burocráticos, em materiais perecíveis, como o papiro e a madeira, mas também era comum o uso de inscrições, que podiam ser monumentais, em grandes edifícios públicos, em letras garrafais, para serem vistas a grande distância. Ou podiam ser inscrições feitas com pincel ou estilete, aquilo que chamamos "grafites", em vasos de cerâmica ou em paredes. Conhecemos centenas de milhares de inscrições latinas, com informações sobre todos os aspectos da vida romana. [pág. 078]



O Império Romano em 214 d.C. (Millar, *El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes*, 1973: 100).

Mas nem tudo é escrita, não é mesmo? Nós vivemos nosso dia-a-dia em ruas, casas, usando objetos para fazer isso ou aquilo. Ou seja, tão ou mais importante do que os textos é o mundo material no qual vivemos. Isto vale também para o conhecimento da Antiguidade. Os romanos deixaram-nos uma

imensa quantidade de construções, como suas famosas estradas, que cruzavam todo o território e que perduram, em grande parte, até hoje. Cidades romanas inteiras ainda podem ser visitadas, como é o caso de Pompéia, cidadezinha que foi soterrada pela erupção do Vulcão Vesúvio em 79 d.C. e, portanto, encontrada relativamente conservada pelas escavações realizadas no local, a partir do século xvii d.C. Além disso, até mesmo humildes vasos de cerâmica, preservados aos milhões, podem ser importantes para que entendamos como viviam os antigos romanos, pois alguns tinham imagens do cotidiano, e muitos permitem que se estude o comércio de vinho e azeite, produtos neles transportados. Também a forma dos vasos nos diz muito sobre seus costumes, como comiam, usando as mãos, e bebiam em diferentes taças. [pág. 079]

Dos romanos herdamos, também, nossa própria língua, pois o português nada mais é do que um latim modificado. A maioria das palavras do português deriva do latim, sendo, em alguns casos, exatamente as mesmas. Vamos a um exemplo, como é o caso de família, "família". Noutros casos, são palavras quase iguais, como filius, "filho" ou adolescentes, "adolescentes". O português deriva do latim, porque os romanos dominaram a Península Ibérica e, por muitos séculos, o latim foi ali falado. Por isso, o português é conhecido como "a última flor do Lácio", ou seja, a última língua derivada do latim, a língua do Lácio, região onde estava Roma.

## AS ORIGENS de Roma, lendas e história

Todos os povos procuram explicar de onde vieram, como surgiram, e os romanos contavam certas lendas sobre as origens de sua cidade. A mais conhecida e popular entre os próprios romanos conta que a cidade foi fundada por Rômulo, filho do Deus da Guerra, Marte, e de Réia Sílvia, filha do rei Numítor, de Alba Longa. Amúlio, irmão de Numítor, destronou seu irmão e obrigou sua sobrinha Réia a tornar-se uma sacerdotisa, o que a levou a jogar seus filhos gêmeos, Rômulo e Remo, nas águas do rio Tibre. Milagrosamente, os meninos salvaram-se e foram criados por uma loba, tendo depois recebido os cuidados do pastor Fáustulo e de sua esposa. Ao se tornarem adultos, restauraram o pai no trono de Alba Longa e pedem permissão para fundar uma cidade às margens do Tibre. Entretanto, brigaram e Rômulo acabou matando seu irmão. Transformou o Capitólio em refúgio e para dar esposas aos habitantes, raptaram-se mulheres sabinas. Ao morrer, Rômulo foi levado aos céus e adorado como o deus Quirino.

Você se lembra do que vimos antes, sobre a Guerra de Tróia? Pois outra lenda romana conta que Enéias era um troiano filho da Deusa Vênus e de Anquises, rei troiano de Dárdano. Após a vitória dos gregos sobre os troianos,

Enéias vagou pelo Mediterrâneo, até chegar ao Lácio, onde reinou por alguns anos. Depois de morto, foi adorado como Júpiter Indiges. Seu filho Ascânio fundou Alba Longa e seu descendente Numítor, pai de Réia Sílvia, foi, pois, avô de Rômulo. Por essas lendas, Roma ligava-se ao deus da guerra, [pág. 080] Marte, e à deusa da fertilidade, Vênus. Para os romanos era importante considerar que seu destino estava ligado aos deuses, pois estas nobres origens legitimavam seu poder sobre outros povos e servia como propaganda de suas qualidades.



A loba Capitolina e os gêmeos Rômulo e Remo; escultura etrusca do século V a.C. (Maso, *Roma de los Cesares*, 1974: 36).

Os arqueólogos encontraram vestígios de cabanas dos primeiros moradores de Roma e alguns aspectos das lendas puderam ser comprovados. Este é o caso do domínio dos etruscos, um povo que vivia ao norte de Roma, e cuja influência na cultura romana foi muito grande.

A Península Itálica caracteriza-se pela cadeia montanhosa central, os Apeninos e, ao norte, os Alpes e suas altas altitudes protegiam-na dos ventos frios do norte, favorecendo um clima ameno, com chuvas regulares. Os solos no litoral e ao longo dos vales dos rios são muito férteis, favorecendo a agricultura, e a abundância de vegetação permitiu o desenvolvimento da criação de gado, a tal ponto que [pág. 081] toda a Península era chamada de "Terra dos Vitelos",

Itália. O rio Tibre nasce nas montanhas da Itália central e cruza uma planície, antes de chegar ao mar Tirreno. (Roma antiga; esta passagem está após a lenda da fundação de Roma e depois da menção feita a Enéias, que liga Roma a Tróia) A planície era pantanosa, cercada por colinas com bosques e florestas. Nessa região viviam os latinos, e a 25 quilômetros da foz, na margem esquerda do rio Tibre, em área estratégica para o comércio entre o interior da Península e a costa, surgiu a cidade de Roma, em meados do século VIII a.C. As possibilidades econômicas eram grandes, tanto na produção agrícola (trigo e outros cereais) e na criação de animais, como no comércio. Desde o início do primeiro milênio a.C., os povos que ocupavam a Península eram indo-europeus, como os latinos, sabinos e gregos, ao sul, e os etruscos, uma civilização original que combinava elementos gregos e orientais. Não se conhecem os detalhes da fundação histórica de Roma, mas uma das hipóteses é que Roma teria sido fundada na região do Latium por chefes etruscos que teriam unido numa única comunidade diferentes povoados de sabinos e latinos. Entre 753 a.C. e 509 a.C., Roma cresceu, deixou de ser uma pequena povoação e transformou-se numa cidade dotada de calçadas, fortificações e sistema de esgoto, tendo o latim consolidado-se como língua corrente. Em 509 a.C., os nobres romanos, chamados de patrícios, teriam se revoltado contra seus dominadores etruscos, deposto o rei etrusco que governava a cidade e instaurado um sistema republicano. Segundo os romanos, Brutus foi o líder da revolta contra os Tarquínios, reis etruscos de Roma, e tornou-se o primeiro magistrado da nova República.

Tradicionalmente, a história de Roma na Antiguidade é dividida em três grandes períodos: Monarquia, da fundação da cidade em 753 a.C., segundo a tradição, ao ano 509 a.C.; República, de 509 a.C. a 27 a.C.; e Império, de 27 a.C. a 395 d.C., ano da divisão do Império em Ocidental e Oriental, com capitais em Roma e Constantinopla.

## A REPÚBLICA romana

Os romanos estavam socialmente divididos em patrícios, os nobres, chefes das famílias poderosas, proprietários de terras; [pág. 082] clientes, que eram servidores ou protegidos dos nobres; e plebe, congregando todos os outros habitantes. Nos primeiros tempos da República romana, os patrícios detinham todos os direitos políticos e só eles podiam ter cargos políticos, como os de cônsul e senador. Os patrícios constituíam uma aristocracia de sangue, com antepassados comuns, daí seu nome "aqueles com pais". Os clientes e a plebe

(composta de homens livres, pequenos agricultores, comerciantes e artesãos) não possuíam direitos plenos. O poder dos patrícios vinha da posse e exploração da terra, trabalhada por camponeses, às vezes escravizados por dívidas. Os patrícios romanos governavam a cidade principalmente em benefício próprio, aplicavam as leis conforme seus interesses pessoais e procuravam reduzir à servidão plebeus camponeses que não conseguiam pagar suas dívidas.

Somente depois de mais de dois séculos de luta entre plebeus insatisfeitos e patrícios poderosos, é que os plebeus conseguiram progressivamente obter direitos políticos iguais aos nobres. Por volta de 450 a.C., os plebeus conseguiram que as leis segundo as quais as pessoas seriam julgadas fossem registradas por escrito, numa tentativa de evitar injustiças do tempo em que as leis não eram escritas e os cônsules, sempre da nobreza de sangue, administravam a justiça como bem entendiam, conforme suas conveniências. O conjunto de normas finalmente redigidas foi chamado "A Lei das Doze Tábuas", que se tornou um dos textos fundamentais do Direito romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, na forma de tábuas que qualquer um podia consultar, por volta de 450 a.C., foi importante, pois o conhecimento das "regras do jogo" da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e arbítrio dos poderosos. As Doze Tábuas não chegaram completas até nós, mas possuímos fragmentos como os seguintes: "quem tiver confessado uma dívida, terá trinta dias para pagá-la; quando um contrato é firmado, suas cláusulas são vinculantes, devendo ser cumpridas; se um patrão fraudar um cliente, que seja amaldiçoado".

No processo de lutas sociais, os plebeus obtiveram outras conquistas importantes na República romana tais como a abolição da escravidão por dívidas, a criação do cargo de Tribuno da Plebe [pág. 083] — magistrado que defenderia os plebeus com o poder de vetar medidas governamentais que prejudicassem a plebe —, reconhecimento e poderes da assembléia da plebe, possibilidade de casamentos entre nobres e plebeus, anteriormente proibidos.

As vitórias plebéias mais significativas ocorreram quando, graças a transformações que veremos mais adiante, vários plebeus começaram a prosperar exercendo atividades comerciais minando a hegemonia aristocrática. Uma nova distinção social estabeleceu-se lentamente, fundada principalmente na riqueza. Havia, de um lado, os romanos mais ricos, patrícios e plebeus enriquecidos e, de outro, a grande massa da plebe. As diferenças entre patrícios e plebeus ricos nunca foram totalmente abolidas, mas se formou uma nobreza monetária que englobava patrícios — nobres de sangue — e os plebeus enriquecidos, naquilo que se pode chamar de uma nobreza patrício-plebéia.

A maior parte dos romanos, até o século III a.C., era constituída por



pequenos camponeses, que cultivavam eles próprios suas terras. Os patrícios, por sua vez, possuíam grandes propriedades de terra onde criavam gado e empregavam seus clientes. Plebeus enriquecidos também podiam tornar-se proprietários comprando domínios rurais e explorando o trabalho escravo. A indústria e o comércio só se desenvolveram significativamente a partir do século re a.C. permitindo que alguns plebeus enriquecessem e se aproximassem da aristocracia de sangue.

### *Como se governavam os romanos*

O regime republicano acabou com a realza e instituiu, em seu lugar, magistraturas que eram cargos anuais com mais de um ocupante, para que o poder não ficasse concentrado nas mãos de uma só pessoa; os dois magistrados principais e mais poderosos eram chamados cônsules. O Senado, ou conselho de idosos, que já existia anteriormente, adquiriu maior importância com a República, pois era o Senado que escolhia os cônsules. Além dos poderosos cônsules, que detinham o poder militar e civil, havia outros magistrados, como os questores (tesoureiros), os edis (encarregados de cuidar dos edifícios, esgotos, ruas, tráfego e abastecimento), os pretores [pág. 084] (encarregados da justiça), os censores (revisores da lista de senadores e controladores de contratos) e o pontífice máximo (que era o chefe dos sacerdotes). A influência do Senado na indicação desses magistrados era muito grande, mas havia a participação, também, das assembléias da plebe e dos soldados em sua escolha.

Reparou que alguns desses nomes são usados até hoje? Para nós, às vezes fica difícil saber o sentido exato dessas palavras que tinham um significado bem preciso para os romanos: República — "coisa do povo"; Senado — "lugar dos idosos"; pontífice- "aquele que faz uma ponte entre o céu e a terra".

Como entre os gregos, as mulheres romanas não podiam tomar parte dos cargos no governo. Os homens cidadãos da República romana se reuniam em assembléias e escolhiam os tribunos da plebe, magistrados que tinham direito a veto sobre as decisões do Senado e dos outros magistrados. Os romanos utilizavam-se da sigla SPQR (Senatus Populusque Romantis) para se referir ao seu próprio estado: "O Senado e o povo de Roma". Embora o poder estivesse, em termos formais, dividido entre Senado e Povo, a influência dos senadores predominava, pois as assembléias populares mais importantes eram aquelas que reuniam os homens em armas e nas quais os poderosos tinham muito mais votos do que os simples camponeses. O conceito de cidadania romana era muito mais amplo e flexível do que o ateniense, que vimos anteriormente. Tornavam-se romanos, por exemplo, os ex-escravos alforriados, chamados libertos, ainda que os plenos direitos políticos só fossem adquiridos pelos filhos de libertos, já

nascidos livres. Os romanos concediam, também, a cidadania a indivíduos aliados e, até mesmo, a comunidades inteiras. Alguns estudiosos veriam nisto um dos motivos do dinamismo romano, pois a incorporação de pessoas à cidadania romana permitiu que os romanos fossem cada vez mais numerosos.

### **A EXPANSÃO romana**

Nos primeiros quatro séculos da História de Roma, os romanos entraram em conflitos, dominaram ou fizeram alianças com povos vizinhos, expandindo-se, primeiro, em direção ao Lácio [pág. 085] (região vizinha à cidade) e, depois, a à Itália central, meridional e setentrional. Os conquistados recebiam tratamento muito diversificado, segundo sua posição em relação ao poder romano. Os que se aliassem, recebiam direitos totais ou parciais de cidadania, enquanto os derrotados que não cedessem eram subjugados, muitos vendidos como escravos, outros eram submetidos a tratados muito desiguais e que davam ao Estado romano grandes rendas na forma de impostos e tributos.

Roma, surgida de uma união de povos, sabia conviver com as diferenças e adotava, por vezes, uma engenhosa tática para evitar a oposição e cooptar possíveis inimigos: incluir membros das elites de povos aliados na órbita romana, com a concessão de direitos totais ou parciais de cidadania. Assim, havia povos que se aliavam aos romanos e seus governantes tornavam-se seus amigos, enquanto outros lutavam e, ao perderem, eram submetidos ao jugo romano.

Na prática, a aliança com Roma significava o fornecimento de forças militares, chamadas auxiliares, a aceitação da hegemonia política romana, mas também permitia um grau, bastante variável, de integração com o Estado romano. Os subjugados eram massacrados ou escravizados e suas terras eram tomadas e divididas entre os romanos e seus aliados.

O método de tratar de maneiras diferentes os povos vencidos era eficaz e favorecia o domínio romano, pois dificultava as uniões entre os derrotados e suas revoltas contra Roma. Alguns povos aliados recebiam todos os direitos dos cidadãos romanos incluindo o de voto, ainda que este fosse pouco importante, já que as assembléias eram dominadas pela nobreza e porque o voto exigia a presença física em Roma. Outros povos recebiam somente alguns direitos que não o de votar. Com outros ainda, mais numerosos, Roma selava sua aliança permitindo-lhes manter seus próprios magistrados e leis tradicionais, mas submetendo-os à tutela romana e exigindo que fornecessem a Roma todas as tropas que esta requisitasse. Também com o intuito de prevenir revoltas, os romanos construíram estradas por toda a Itália, o que lhes permitia o deslocamento rápido de tropas, e fundaram numerosas colônias sobre o território

dos povos aliados. Estas colônias eram habitadas por cidadãos romanos vindos da cidade de Roma, *soldados* [pág. 086] camponeses, que tomavam conta da região, garantiam sua fidelidade aos romanos e recebiam lotes de terras confiscados dos antigos habitantes.

O exército romano foi se construindo e consolidando no decorrer das guerras ocorridas entre os séculos IV e III a.C. O exército sempre foi uma instituição essencial para os romanos. Durante os primeiros cinco séculos, desde a fundação de Roma até as reformas do general Mário, em 111 a.C., o exército romano era composto por todos os cidadãos e, por isso, era chamado de "exército de camponeses". Até a reforma de Mário, o exército não era permanente. Era formado por cavalaria, de elite, e infantaria, de camponeses, que guerreavam apenas no verão, voltando para suas propriedades e lá permanecendo no restante do ano. As guerras na Antiguidade, por ser mais prático, ocorriam sempre nesta estação. A participação no exército era obrigatória e, portanto, as guerras retiravam do trabalho no campo contingentes significativos de homens.

A infantaria era a base do exército romano e foi a principal responsável pelo sucesso de Roma na conquista da Península Itálica. Seu trunfo, sua força, estava no combate em formação, com os infantes armados de escudo e lanças, o que tornava o exército romano uma força muito superior aos outros tipos de armadas da Antiguidade. Os romanos desenvolveram técnicas militares elaboradas, a começar por seus acampamentos, verdadeiras cidades protegidas por muros. Ali havia enfermarias, latrinas, saunas, cozinhas, fábricas de armamentos. No exército estavam, também, engenheiros e trabalhadores que construíam pontes sobre rios caudalosos em poucos dias, assim como as estradas que permitiam uma mobilidade excepcional. Até hoje, graças à Arqueologia, podemos conhecer os acampamentos, estradas e armas feitas pelos militares romanos.

O exército dividia-se em legiões, unidades que agrupavam aproximadamente três mil infantes, 1.200 homens de assalto e trezentos cavaleiros, comandadas no mais alto nível pelos cônsules e pelos pretores, chamados de generais, em latim imperadores, "aqueles que mandam". Os generais vencedores eram socialmente muito respeitados e tinham direito a honras importantes, tais como desfilar em triunfo com suas tropas pela cidade de Roma. [pág. 087] Os aristocratas romanos orgulhavam-se de suas tradições que valorizavam a bravura militar, como ilustra esta passagem do historiador romano do primeiro século a.C., Salústio:

*Muitas vezes, ouvi dizer que Quinto Máximo e Públio Cipião, além de outros homens ilustres de nossa pátria, costumavam afirmar que, ao*

*contemplarem as imagens de cera de seus antepassados, sentiam um enorme estímulo em direção à virtude. É de supor que nem a cera, nem os retratos, tivessem, em si mesmos, tanta força, mas que, ao contrário, o relato dos feitos passados fizesse crescer, no peito dos grandes homens, esta chama que não se extinguiria senão ao igualarem sua bravura à fama e à glória daqueles.*

Além das forças romanas, havia forças auxiliares, ou seja, as tropas dos aliados, os auxilia, que davam apoio secundário nas batalhas. Como vimos, os diversos povos conquistados eram incorporados ao mundo romano, seja como cidadãos, seja como aliados e o exército serviu como importante unificador cultural, em particular ao generalizar o uso do latim entre os combatentes.

Tendo conquistado toda a Península Itálica, a partir do século III a.C., a expansão romana estendeu-se para fora da Itália, e a sociedade camponesa dos primeiros séculos começou a transformar-se mais rapidamente. As guerras passaram a produzir grandes lucros, em especial por meio da captura e venda dos inimigos, a partir de então transformados em escravos, que passaram a ser utilizados como mão-de-obra em larga escala, em grandes fazendas.

As guerras muito longas em locais distantes tornavam cada vez mais difícil a participação dos camponeses na infantaria, o que acabou levando o general romano Mário, em 111 a.C., a recrutar, pela primeira vez, soldados voluntários que recebiam salário. O procedimento do general Mário, um homem de origem relativamente humilde, levou à profissionalização do exército. Nos séculos seguintes, o exército continuará a incorporar, cada vez mais, soldados e oficiais de origem não romana. Durante os dois primeiros séculos do Império Romano (I e II d.C.) legiões inteiras eram compostas de tais soldados, como uma legião toda de batavos, uma tribo de germanos, originários da região da atual Alemanha. [pág. 088]

Aconteceu o previsível: esses novos soldados assalariados passaram a ser mais leais aos generais que lhes pagavam do que ao Estado romano. Apoiando os generais, podiam obter vantagens, como parte da presa de guerra, especialmente escravos. Além disso, ao se retirarem da ativa e passarem para a reserva, recebiam lotes de terra para cultivar, sempre de acordo com a vontade do seu general. O resultado não se fez esperar, e os generais começaram a lutar entre si pelo poder, levando os romanos a inúmeras guerras civis.

Depois de meio século de lutas internas, Caio Júlio César, um general aristocrata que se dizia descendente de Vênus e de Enéias, conquistou em poucos anos a Gália, uma enorme área que corresponde, mais ou menos, à atual França, Suíça, Bélgica e parte da Alemanha. Quando o senado não lhe quis permitir que continuasse a comandar as tropas, César recusou-se, tomou Roma,



em 49 a.C. e tornou-se ditador, em seguida foi morto por um grupo de senadores no dia 15 de março de 44 a.C. então chamado de idos de março.

Isto de pouco adiantou, pois outros generais sucederam a César e em 31 a.C. seu sobrinho e herdeiro, Otávio, após vencer seus opositores, acabou por tornar-se o único grande general, logo reconhecido pelo Senado como o "principal", sendo chamado, por isso, de Príncipe. Recebeu, ainda, o título de Augusto, "o venerável". Este regime passou a ser conhecido, por isso, como Principado ou Império, pois o governante era o príncipe, um general vitorioso do exército (imperator, em latim).

Augusto inaugurou um período de relativa paz interna que durou 250 anos (31 a.C.-235 d.C.). Este período ficou conhecido como a "Paz Romana". Diodoro da Sicília, no século I a.C., descreve a expansão romana com as seguintes palavras:

*Os romanos, quando decidiram aspirar ao domínio do mundo, conquistaram o império com o valor de suas armas, mas, para seu próprio benefício, trataram com benignidade os povos vencidos. Afastaram-se tanto da crueldade e do espírito de vingança contra os vencidos que pareciam comportar-se não como inimigos, mas como benfeitores e amigos: a uns cederam a cidadania, a outros o direito de matrimônio, a alguns deixaram a autonomia. [pág. 089]*

Castigada após tantas guerras civis, Roma adotou o regime imperial de governo. Os imperadores tinham grandes poderes, mas não eram reis, nem a sucessão era, necessariamente, hereditária. No período imperial, a administração dos domínios romanos foi reorganizada, visando maior centralização do poder; o imperador passou a acumular todos os poderes apesar de continuarem a existir os órgãos administrativos da República. O imperador era reverenciado e adorado como um dos deuses romanos, daí sua enorme autoridade, derivada também do temor que inspirava. No "período de paz", novas conquistas foram efetivadas e as atividades econômicas e culturais ganharam grande impulso, surgindo novos e portentosos edifícios, monumentos, aquedutos, pontes, circos e anfiteatros.

O Império foi herdeiro de uma expansão multissecular de Roma. Durante o período republicano, Roma dera início ao seu imperialismo. Primeiramente, os romanos dominaram toda a Península Itálica. Nos séculos iii e ii a.C., após três guerras contra os cartagineses — Cartago era uma colônia fenícia poderosa do norte da África, um importante centro comercial —, motivadas pela rivalidade dos dois povos no que diz respeito ao comércio e à navegação no Mediterrâneo, Roma conquistou a Sicília, o norte da África, a Península Ibérica e os reinos helenísticos. No século I a.C., foram conquistados os territórios da Ásia Menor,

o Egito e a Gália.

O alcance geográfico do domínio romano, ainda hoje, chama a atenção, pois nunca houve, antes ou depois, império tão grande e integrado como o romano. Observe o enorme espaço geográfico que o domínio dos romanos alcançou em seu apogeu, no século ii d.C. Como vimos, com as conquistas romanas, muitos povos diferentes acabaram dominados pelo Império: os hebreus, no Oriente Médio, os bretões, na região da atual Inglaterra, os gauleses, onde hoje é a França, os egípcios, os gregos e muitos outros povos. Uns viviam próximos à cidade de Roma, outros em regiões bem distantes. Alguns desses povos, como foi dito, foram submetidos aos romanos, obrigados a trabalhar e lutar por seus dominadores, enquanto outros foram incorporados devendo apenas pagar tributos.

Imagine as dificuldades de se tomar conta de um território tão grande. Pense nos esforços que Roma tinha que fazer para assegurar sua dominação em todas as regiões conquistadas, [pág. 090] principalmente naquelas mais afastadas, a milhares de quilômetros. Era necessário construir e manter estradas para que o exército e os funcionários alcançassem os lugares mais distantes e para que os impostos pagos chegassem a Roma. Para assegurar a ordem entre os conquistados, os romanos tinham que manter postos avançados e acampamentos militares espalhados pelo território imperial. Era preciso alimentar e armar os soldados onde estivessem. Era necessário fazer chegar as ordens de Roma às tropas e governos mais distantes. Lembre-se de que nesse tempo não havia nenhuma das invenções modernas que facilitariam essa tarefa como o rádio, o telefone, meios de transporte rápidos, armas de fogo, computadores. Como não havia máquinas para auxiliar no trabalho, as estradas e muralhas romanas eram feitas de pedras carregadas e assentadas com a força humana, os braços escravos. Mesmo com todas as dificuldades da época, o grande domínio romano se manteve por um tempo relativamente longo. Para controlar tantos povos diferentes, dominar território tão grande, cobrar impostos, reprimir revoltas e guardar fronteiras, os romanos contavam com armas, navios, escravos e centenas de funcionários burocráticos. Contudo, para uma imensa população, de até cinquenta milhões de habitantes, o exército contou, no máximo, com 390 mil homens e a burocracia imperial tampouco foi muito grande, o que demonstra a importância da cooptação das elites locais para a manutenção do Império.

A capacidade administrativa dos romanos em seu Império deve ser lembrada com destaque. Nos primeiros séculos, ainda da Itália, os romanos estabeleciam tratados com diversos povos e assentavam cidadãos romanos em colônias. Quando, a partir do final do século iii a.C., conquistaram terras fora da Península Itálica, criaram-se as províncias. No início do Império, no século I a.C., havia dois tipos de províncias: as senatoriais, com governadores apontados

pelo Senado e sem tropas, e as imperiais, com administradores militares indicados pelo imperador. As províncias imperiais, com tropas romanas, estavam em áreas de fronteira ou ainda não pacificadas. Cada província tinha uma capital, onde o governador era também assistido por um conselho provincial, formado pela elite dos romanos da região, e por funcionários administrativos, em geral libertos imperiais. Cada província era dividida em regiões [pág. 091] administrativas, cada uma com uma capital, o que facilitava principalmente a cobrança de impostos, a manutenção das estradas, dos aquedutos e da administração em geral. Na base, estavam as cidades, cada uma com grande autonomia na gestão de seus assuntos, com constituição própria, câmaras municipais (ordo decurionum) e magistrados locais (duúviro).

Com tudo isso, o Império inspirou, por séculos, toda a cultura ocidental e, em particular, os modernos Estados nacionais. O democrata norte-americano John Adams, no século XIX, considerava que "a Constituição romana formou o povo mais nobre e a mais importante potência que já existiram" e os norte-americanos adoraram o nome "República", chamaram seu Legislativo de "Capitólio", sua câmara superior, "Senado". No entanto, nos últimos 150 anos, houve uma depreciação dos romanos, considerados muito violentos, burocráticos e autoritários. E até mesmo Mussolini e Hitler se inspiraram nos imperadores romanos. Vejamos, um pouco mais em detalhe, os diversos legados dos romanos, em seus contraditórios aspectos a começar pela disciplina militar.

#### *A importância do exército romano*

O exército sempre foi um elemento central para o domínio romano. *Parcere subjectis et debellare superbis*, "poupar os que se submetem e debelar os que resistem", este o lema romano, bem expresso pelo poeta Virgílio na sua obra Eneida (6, 851-3).

O historiador Martin Goodman, em uma obra recente, não hesita em designar o Império Romano como uma autocracia militar. Para uma população de talvez cinquenta milhões, havia no primeiro século d.C. milhares de legionários e forças auxiliares, com a seguinte composição:

30 legiões de 5.000 homens: 150.000  
Infantaria auxiliar: 140.000  
Cavalaria auxiliar: 80.000  
Aliados: 10.000  
Italianos: 10.000  
Total: 390.000  
[pág. 092]

Números impressionantes, não? A função do exército, mais do que defender-se de ataques externos ao Império, consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império. Goodman chega a dizer que "o império era controlado pelo terror" das armas.

No entanto, o exército, como se viu, era composto por elementos cooptados, de maneira que não se pode falar em uma divisão étnica entre romanos e não romanos. Ao contrário, essa miríade de povos que compunha o exército tornava-se romana, usando o latim e adotando, em grande parte, comportamentos romanos.

A importância do exército para a conquista e manutenção dos domínios territoriais romanos era, também, administrativa e econômica. Esses milhares de soldados tinham que ser abastecidos e uma parte importante da política de Estado consistia em cuidar da logística da manutenção dessa força. O exército romano formava um corpo cuja homogeneidade devia ser suficiente para que a unidade na Bretanha não diferisse muito de uma na Arábia ou na África, a milhares de quilômetros, desse modo os acampamentos eram muito semelhantes, assim como os uniformes, a alimentação, a estrutura, a disciplina. Não nos esqueçamos de que não havia meios de locomoção rápidos, era tudo feito por navios, cavalos e mulas. O abastecimento com víveres, trigo, vinho e azeite era essencial para a manutenção tanto das tropas quanto de seu caráter romano. O Estado tinha, assim, que prover a essas necessidades, por meio de compras no mercado mas, principalmente, com a intervenção direta na produção. Os impostos eram, em parte, pagos em produtos que seriam encaminhados aos acampamentos.

Havia, na verdade, dois grupos que deviam ser abastecidos por meio da intervenção do Estado: a plebe da capital e os soldados. Para cuidar desse abastecimento, foram criados órgãos administrativos, dos quais o principal era a annona, encarregada da distribuição de cereais, mas também em grande medida, de azeite e vinho. (Podemos conhecer esse movimento de produtos, principalmente, por meio da análise dos vestígios materiais estudados pela Arqueologia. Ânforas destinadas ao transporte de azeite, provenientes de algumas áreas produtoras, como a Espanha meridional, continham inscrições de controle e podemos, hoje, reconstituir os [pág. 093] mecanismos de distribuição usados pelo Estado romano. E sabe por que se tinha que transportar vinho e azeite? Porque esses eram os hábitos alimentares do Mediterrâneo com os quais os romanos estavam acostumados. Se você pensar bem, perceberá que ainda hoje, no Brasil, o uso do azeite de oliva, óleo que não é produzido no Brasil, vem dessa tradição de origem mediterrânea.)

## A SOCIEDADE romana

Apesar das mudanças ocorridas na civilização romana em tantos séculos de sua permanência na História, havia algumas características que se mantiveram, ainda que sempre transformadas. Duas grandes divisões sociais mantiveram-se essenciais para os romanos: sempre houve cidadãos e não-cidadãos e livres e não livres. Os livres eram divididos em dois grupos, aqueles de nascimento livre e os libertos, ou ex-escravos alforriados. Os livres de nascimento podiam ser cidadãos romanos ou não-cidadãos, tendo os cidadãos direitos que não estavam disponíveis para os outros. Não-cidadãos de nascimento livre podiam, individual ou coletivamente, receber a cidadania romana. Assim, a sociedade romana era, ao mesmo tempo, caracterizada por divisões e pela possibilidade de mobilidade, ou seja, um escravo podia deixar de ser escravo e tornar-se livre e um não-cidadão podia tornar-se cidadão. Além disso, um escravo podia ser alforriado e seu filho podia tornar-se cidadão. Como cidadão, tinha direito, por exemplo, de ser eleito para exercer alguma magistratura, o que ocorria com relativa frequência, demonstrando a mobilidade social, no mundo romano.

Depois do que vimos sobre as mulheres gregas e sua reclusão, você deve estar se perguntando sobre as mulheres romanas. Seriam também tão reprimidas? Elas nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos. No entanto, provavelmente por influência de costumes etruscos, mais liberais com relação a elas, as romanas não viviam isoladas, como as gregas, estavam sempre fisicamente presentes, tanto na vida doméstica, como na vida pública. As mulheres romanas podiam ser educadas e chegavam a tomar parte de campanhas eleitorais, assim como a escrever poesias. [pág. 094]

No tempo das grandes conquistas, os romanos classificavam os cidadãos em "ordens", ou seja, em agrupamentos de pessoas definidos não apenas pela riqueza, mas também pelo reconhecimento social. Havia três ordens principais: a plebéia, a equestre e a senatorial. Os plebeus eram os cidadãos comuns, em sua maioria pobres. Os equestres, ou cavaleiros, eram aqueles que, originalmente, tinham posses suficientes para serem cavaleiros do exército e, mais tarde, eram os que tinham certa renda mínima, muitas vezes comerciantes e, em geral, eles não se ocupavam diretamente da política, mas mantinham relações estreitas com os nobres. Os pertencentes à ordem senatorial eram os nobres, os únicos que podiam participar do Senado, tinham uma renda mínima elevada e não podiam praticar comércio, que não era uma atividade muito valorizada, embora as riquezas trazidas por ela, contraditoriamente, fossem muito apreciadas. Parece estranho, mas é isso mesmo, aos senadores era proibido comerciar. Para nós, não faz sentido, mas para os romanos era uma questão de status. O valorizado era ser

proprietário rural. Entretanto, as pessoas podiam passar de uma ordem a outra, não havia barreiras intransponíveis. Além dessas ordens principais, havia inúmeras outras, como a ordem dos agricultores, pastores, mercadores, cobradores de impostos, de sacerdotes, entre outras.

A maioria dos habitantes do mundo romano era formada de homens livres. Entretanto, enquanto duraram as conquistas, o número de escravos não cessou de aumentar. Havia provavelmente vários milhões deles no Império em seu conjunto, nos séculos I e II d.C.

Em Roma, com o crescimento do Império, os libertos passaram a ter uma situação à parte, pois alguns deles tornaram-se funcionários públicos e atingiram os mais altos postos do Estado. Outros enriqueceram-se no comércio, de modo que alguns libertos chegaram a participar da aristocracia, ainda que não tivessem certos direitos, como a possibilidade de serem eleitos para algum cargo.

Durante os séculos I e II d.C., os imperadores ampliaram o direito de cidadania romana a muitos provincianos: aqueles que serviam no exército tornavam-se cidadãos romanos após ficarem liberados do serviço militar.

De modo geral, pode dizer-se que sempre houve possibilidade de mudar de posição, na sociedade romana, mas, em toda a [pág. 095] História de Roma, sempre houve dois grandes grupos sociais: as classes subalternas e as classes altas, ou pessoas de poucas posses e aquelas com muitos recursos. Podiam ascender socialmente aqueles que estavam em contato com as elites, como é o caso dos escravos de homens ricos e que obtinham a liberdade, tornando-se eles próprios milionários. A maioria dos escravos não estava nesta situação e os livres pobres tampouco tinham tais oportunidades.

Com o desenrolar das conquistas, Roma passou a basear grande parte de sua economia no trabalho escravo. Os escravos eram fundamentalmente prisioneiros de guerra, o que obrigava os governantes a se empenharem, constantemente, na conquista de novos territórios e povos. Os escravos podiam pertencer ao Estado ou a particulares. Trabalhavam nas grandes obras públicas, oficinas, agricultura, minas, pedreiras e também como criados, músicos, professores, secretários, podiam também ser gladiadores (homens que combatiam nos espetáculos de circo contra animais perigosos ou entre si em espetáculos sangrentos que, muitas vezes, terminavam em morte).

Com o sucesso das conquistas, aumentou significativamente o número de escravos advindos das capturas de prisioneiros de guerra. Até o século IV a.C. havia em Roma apenas alguns poucos escravos. Porém, após o sucesso romano nas guerras púnicas, a partir do século II a.C., o número de escravos multiplicou-se muito. Os cidadãos ricos passaram a possuir centenas e por vezes milhares de escravos. Os grandes proprietários exploravam o trabalho escravo em seus domínios, enquanto os comerciantes e administradores o utilizavam em

suas lojas, oficinas e escritórios. Devido aos maus-tratos, houve tanto em Roma como na Itália inúmeras revoltas de escravos nos séculos II e I a.C. — a mais famosa foi a de Espártaco, de que falaremos mais adiante.

Boa parte das terras tomadas dos povos derrotados pelo Estado romano foi arrendada a membros dos grupos dirigentes que, posteriormente, passaram a considerá-las suas propriedades, ampliando ainda mais os domínios particulares. Por outro lado, ocorreu o empobrecimento e, em certos lugares, o desaparecimento dos pequenos agricultores, devido a diversos fatores, como o recrutamento dos legionários, ainda na época do serviço militar [pág. 096] obrigatório, antes de 111 a.C. e a desvantagem na concorrência do preço de seus produtos com os preços dos produtos agrícolas que chegavam das províncias. (As plantações nas províncias do norte da África ou da Sicília eram em geral mais baratas que as do Lácio, devido à fertilidade da terra.) A concentração da terra nas mãos de grandes proprietários fez com que a produção de seus escravos concorresse com vantagens com a dos pequenos produtores. Os camponeses romanos que não podiam suportar a concorrência arruinavam-se. Desencorajados e empobrecidos, pouco a pouco, abandonavam suas terras, a partir do início do século II a.C., e se estabeleciam em Roma. Em decorrência desse processo, o povo romano, que antes era formado principalmente de camponeses, passou a se constituir principalmente por urbanos. Estes camponeses que vieram a se estabelecer em Roma haviam perdido todas as suas posses e não podiam viver senão de seu trabalho, quando encontravam algum, e passaram a ser chamados então de proletários, significando que sua única riqueza eram seus filhos, proles, em latim. Uma vez nas cidades, muitos não encontravam trabalho, pois muitos ofícios já estavam sendo exercidos por escravos; os ex-camponeses sem ter o que fazer ficavam reduzidos à miséria. Não foi muito diferente do que ocorreu com os pequenos artesãos que viram sua produção comprometida pela presença significativa de escravos na indústria artesanal fabricando artigos de bronze, vidro, ferro, cerâmica, vinho.

Durante muitos séculos, a agricultura foi a principal atividade econômica do mundo romano. Entretanto, no período republicano, o comércio se desenvolveu de forma nunca vista até então: após dominar a Península Itálica, Roma tornou-se o centro comercial da região e, ao derrotar Cartago, passou então a ter controle sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo ocidental.

As vitórias apresentaram os romanos com um grande fluxo de metais preciosos, que permitiu o desenvolvimento da circulação de moedas e um crescimento impressionante do comércio, que se tornou volumoso e importante entre Roma e suas províncias — regiões que forneciam a preços baixos trigo, objetos de luxo, madeira, cobre, estanho, prata, peles, queijo, especiarias. A Itália em geral declinou enquanto as províncias progrediam e enviavam seus

produtos ao mundo romano por mar. [pág. 097]

Em decorrência da exploração das regiões conquistadas, com o recebimento de impostos e de gêneros alimentícios, principalmente cereais, por preços considerados irrisórios e o acúmulo de metais preciosos, o Estado romano fortaleceu-se.

As mesmas guerras de conquista que arruinaram os pequenos camponeses, enriqueceram uma minoria de cidadãos romanos. Entre os cidadãos ricos dessa nova era estavam os grandes proprietários (patricios ou plebeus enriquecidos que conseguiram ampliar seu poder econômico graças às aquisições que faziam a preços baixos das terras dos camponeses pobres), os comerciantes (importadores ou donos de dezenas de oficinas e lojas em Roma) e os publicanos (como eram chamados os cobradores de impostos). Os comerciantes enriquecidos passaram a exigir, e conquistar, cada vez mais participação no poder político, condizente com seu poder econômico.

Uma outra transformação importante na sociedade romana em consequência do sucesso das conquistas e da utilização do trabalho escravo em grande escala foi o aumento significativo do contingente de plebeus desocupados. A estes juntaram-se as levas de pequenos agricultores arruinados que faziam crescer os números do êxodo rural e inchar as cidades, sobretudo a capital. Para amenizar o problema social das massas de desocupados que habitavam Roma, o Estado resolveu dar-lhes subsídios.

Pode-se dizer que Roma contava então com dois grupos sociais bem distintos: uma minoria muito rica, que constituía o grupo político dirigente no exército e nas instituições, e uma grande massa de pobres, que vivia "do pão e do circo", ou seja, recebia alimentos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos para sua diversão.

Enfim, a vida econômica desenvolveu-se muito, mas a prosperidade foi desigual.

### *A família, a infância e a escola*

Os romanos usavam a palavra família, que em português é a mesma, para falar de algo muito mais amplo do que nós. Os romanos chamavam de família tudo o que estava sob o poder do pai [pág. 098] de família e que dividiam em três grupos: os animais falantes, os mudos ou *semifalantes* e as coisas. Assim, o pai possuía mulher, filhos e escravos como animais falantes, vacas e cachorros como animais semifalantes e suas casas e mobília como coisas. Em princípio, o pai tinha direito de vida e morte sobre os membros de sua família, ainda que, na prática, houvesse algumas limitações. Um pai de família tinha também muitos clientes (que nada têm a ver com os nossos "clientes"), pessoas mais pobres do

que ele e que lhe ofereciam apoio em troca de benefícios diversos, como dinheiro para comprar roupas, por exemplo. O patriarca era chamado de pater famílias, "pai de família", proprietário de todos os bens: esposa, filhos, escravos, animais, edifícios, terras e tudo girava em torno dele, daí derivando o patriarcado, uma instituição cujo legado está conosco até hoje, um regime social em que o pai exerce autoridade preponderante. As ligações familiares eram naturalmente menos fortes nas famílias plebéias. Entretanto, o pai exercia, igualmente nessas famílias, grandes poderes sobre sua mulher e seus filhos, que, mesmo quando se casavam, continuavam sob o domínio formal do pai.

Como constituir uma família? Nas famílias ricas, em geral os pais dos noivos acertavam o casamento de seus filhos. O noivo era, normalmente, um homem experiente, entre trinta e quarenta anos de idade, enquanto a noiva era bem mais jovem, entre 12 e 18. O casamento era selado por um contrato de matrimônio e por um aperto de mão dos noivos. Os noivos não se beijavam na ocasião e isto se explica facilmente, pois o matrimônio era apenas uma união de famílias, não se pensava no amor entre os noivos.

Como era uma cerimônia de casamento da elite? Segundo podemos deduzir das fontes, quando se celebrava o noivado, havia uma festa, na qual se elaborava o contrato de casamento. Como parte do contrato, o pai da moça devia dar um dote (o preço para comprar um marido). Na véspera do casamento, os noivos dedicavam seus brinquedos aos deuses familiares, que haviam abençoado sua meninice. A casa era decorada com flores e os bustos dos ancestrais eram trazidos para a ocasião. No dia do casamento, a noiva vestia-se de branco. A cerimônia começava com um sacerdote que buscava saber se um casamento naquele dia seria bem-sucedido, [pág. 099] por meio de rituais que lhe diriam se o dia era fasto (propício) ou nefasto (impropício) ao casamento. Em caso positivo, os noivos assinavam um registro de casamento, diante de testemunhas, davam-se as mãos e rezavam juntos para que o matrimônio fosse feliz. A noiva prometia ao noivo: "aonde você for, eu vou junto", e a cerimônia terminava com um sacrifício em honra aos deuses.

A nova família de elite tinha como objetivo a reprodução de herdeiros e os filhos não tardavam a nascer. O parto era em casa, com a ajuda de escravas e parteiras. A mãe ou as escravas com leite amamentavam o bebê, o pai podia às vezes carregar o filho, ainda que normalmente houvesse escravos para fazer isso. O recém-nascido tomava banhos em bacias e logo que crescia um pouco ganhava brinquedos, bonecas e miniaturas de animais e de carros de corrida.

Já mais crescidinho, o menino aprendia a ler e começava a ter aulas, tanto em casa, com professor particular, como em uma escola mantida pelo Estado. Estas eram pouco numerosas e não atingiam a maioria das crianças. O aluno devia levar uma malinha com o material escolar: tinteiro, penas, cadernos de

madeira para os exercícios e encontrava na escola livros que devia estudar. Os alunos iam para casa almoçar e voltavam à tarde para continuar o estudo. Havia, também, brincadeiras e uma das mais comuns era "par ou ímpar", jogado com castanhas que eram escondidas por um dos dois jogadores, para que o outro descobrisse se eram em número par ou ímpar. Brincava-se com bolas e uns carregavam aos outros nas costas. O rigor da educação de uma criança da elite pode ser avaliado pela descrição que Plutarco (século II d.C.) dá da educação dada por Catão (século II a.C.):

*Tão logo Catão tinha um filho, somente algum negócio de estado urgente o impedia de estar presente quando sua esposa banhava e vestia o bebê. A mãe amamentava ela própria o bebê e, muitas vezes, fazia o mesmo com os filhos das escravas para que, criando todos juntos, se tornassem amigos. Logo que o menino podia entender, Catão tomava conta pessoalmente do menino, ensinando a ler, ainda que tivesse um escravo inteligente, Quilão, que era professor e tinha diversos alunos.*

*Catão considerava que não era certo seu filho depender de um escravo para aprender, nem dever seu conhecimento a um escravo. Não apenas ensinou seu filho a lutar e andar a cavalo como a lutar boxe, agüentar o [pág. 100] calor e o frio, e nadar contra-corrente. Escreveu um livro de História de Roma, em letras maiúsculas, para que seu filho pudesse aprender as tradições romanas em casa" (Plutarco, Vida de Catão, 20, 3-6).*

Como saber o que as crianças aprendiam nas escolas? Ápio Cláudio Cego, o primeiro escritor latino que se conhece, compôs, no século IV a.C., algumas frases poéticas que continham ensinamentos morais e eram decoradas pelos alunos:

*Manter a alma equilibrada para que não possam surgir o engano, a maldade, a violência;  
Quando vês um amigo, te esqueces do sofrimento;  
Cada um é fabricante de sua própria sorte.*

Também fábulas eram aprendidas, como esta, reportada por Fedro, contador de história latino nascido em cerca de 30 a.C.:

*Casualmente, a raposa viu a máscara.  
— Que bonita! Exclamou. Mas não tem cérebro!*

*Isto foi dito para quem a Sorte  
Deu honra e glória, mas tirou o juízo.*

As crianças tinham um estatuto jurídico específico. Já disse, antes, que as fases da vida variam de sociedade a sociedade e de época a época e em Roma, não era diferente. O Direito romano distinguia três categorias de crianças e jovens, de acordo com a idade, os meninos, os impúberes e os menores de vinte e cinco anos. A criança é aquela que não fala, o que nós chamaríamos de bebê. O impúbere, antes da puberdade ou nascimento dos pêlos, estava, necessariamente, sob a autoridade do pai ou de um tutor. A partir daí até os 25 anos, era quase um adulto. Segundo um jurista romano, Gaio: "os meninos livram-se da tutela quando atingem a puberdade. Sabino e Cássio e outras autoridades consideram que uma pessoa atinge a puberdade quando o corpo mostra que pode procriar" (I, 196).

A maioria dos romanos, na verdade, era pobre e suas famílias eram bem diferentes. Os humildes casavam-se, não por arranjos de família, mas para poderem se ajudar no trabalho. A diferença de [pág. 101] idade entre marido e mulher era, em geral, menor que entre os casais ricos e a família humilde tinha poucos ou nenhum escravo. Desde cedo, os filhos tinham que ajudar os pais no ganha-pão e aprendiam a ler e escrever com os pais e com professores também pobres, escravos ou libertos.

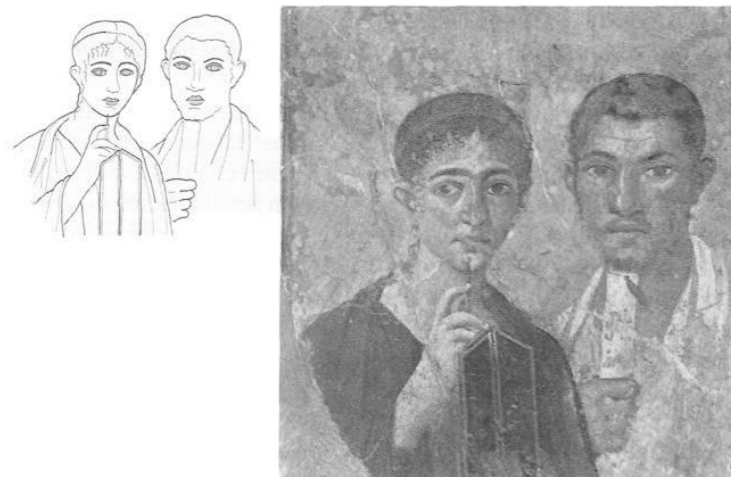
Enquanto os meninos ricos aprendiam a oratória, para que pudessem falar bem em público, os humildes estavam interessados em dominar um pouco da escrita e das contas. Meninos de posses aprendiam, desde muito cedo, o grego, que deviam falar e escrever perfeitamente, assim como escreviam um latim muito elaborado. Dominar a oratória era importante para os jovens da elite, pois se acreditava que toda a vida pública dependia da arte de defender, por meio das palavras, suas idéias e interesses, motivo pelo qual os romanos tanto valorizavam a arte da retórica. Já os outros meninos sabiam do grego apenas aquilo que era necessário para o dia-a-dia e falavam e escreviam um latim vulgar.

Os objetivos do ensino primário eram o domínio da língua latina e o aprendizado de algo de matemática, enquanto o ensino médio e superior voltavam-se para o domínio da composição literária, com ênfase para a gramática latina, métrica da poesia e literatura. O ensino superior preparava o jovem para a eloquência e a atuação nos tribunais e na vida política, o que mostra bem como a instrução era eminentemente masculina, ainda que houvesse mulheres educadas.

Para os jovens de famílias mais influentes o treinamento militar iniciava-se desde cedo: disciplina, adestramento físico, prontidão e habilidade no manejo

das armas faziam parte do cotidiano daqueles que freqüentavam o Campo de Marte, local onde eram realizados os exercícios de arremesso de disco e de dardos, equitação e natação. Essa educação com vistas à guerra contribuiu, segundo alguns autores, para a expansão do Império, na medida em que dela resultaram militares competentes.

Os romanos com pretensões sociais deviam dominar, ao mesmo tempo, a oratória, para atuar em reuniões, e a arte militar, para poder se destacar no comando das tropas. Esses dois aspectos do adestramento estavam sempre juntos, como mostra o caso de grandes generais e escritores, como Júlio César (século I a.C.) ou Marco Aurélio (imperador entre 161 e 180 d.C.). [pág. 102] Neste quadro, a educação das meninas era pouco considerada, pois as mulheres não podiam ter participação na vida pública nem no exército. No entanto, sabemos que muitas meninas humildes também eram alfabetizadas e que houve entre o povo romano algumas poetisas e intelectuais.



Afresco de Pompéia, do século I d.C., retrata um casal romano com instrumentos destinados à escrita (Milicua, *Como reconhecer el arte romano*, 1978: 51).

### *Amor e sexualidade no mundo romano*

Amor é um tema delicado, pois, como vimos antes, varia tanto de sociedade a sociedade e de época a época. Já se mencionou que as mulheres romanas, à diferença das gregas, não viviam tão apartadas e interagiam mais

com os homens. Já se disse, também, que as sociedades patriarcais como a grega e a romana estavam baseadas no domínio masculino e alguns estudiosos chegam a afirmar [pág. 103] que se trataria de "sociedades do estupro". Os estudiosos divergem, no entanto, quanto à caracterização das relações entre homens e mulheres no mundo romano.

Todos concordam que as mulheres romanas tinham relativamente uma inserção social bastante ampla, participavam de banquetes e reuniões sociais importantes, à diferença das esposas gregas, tinham direito de propriedade e podiam ser até mesmo proprietárias de empresas. Embora, por definição, não pudessem votar ou ser eleitas, as inscrições encontradas na cidade de Pompéia mostram que as mulheres não se furtavam a apoiar, com cartazes, seus candidatos aos cargos públicos, o que está a demonstrar sua influência social. Também graças à Arqueologia, possuímos alguns documentos escritos por romanas, já que a tradição literária não nos transmitiu sequer um texto latino de autoria feminina. Entre os documentos epigráficos escritos por mulheres, há poemas amorosos, tanto de lavra erudita como popular. Os versos de uma aristocrata do primeiro século d.C., Sulpícia, reproduzidos por Tibulo são ousados:

*Luz minha, que eu não seja mais  
o teu amor ardente, como me parece  
era até há poucos dias  
se em tudo o tempo da minha juventude  
cometi um erro do qual — confesso —  
tanto me arrependi  
ter-te deixado só a noite passada  
porque queria esconder o meu ardor.*

Mas também uma moça do povo deixou-nos, desta vez diretamente, com sua escrita de próprio punho, um poema nas paredes de Pompéia:

*Oh, permitido fosse ter os bracinhos em volta do colo  
E beijos nos ternos lábios,  
Vai, agora, com teus gozos aos ventos, menininhas, Cria-me, volúvel  
é a natureza dos homens,  
Tantas vezes, eu, apaixonada, na madrugada, em vigília,  
Pensava comigo mesma: muitos, alçados pela Fortuna ao topo,  
Foram, súbita e precipitadamente, rebaixados.  
Assim, Vênus, tão logo junte os corpos dos amantes,  
Divide a luz...*

*(Poema de uma autora anônima, encontrado na cidade de Pompéia, CIL. IV 5296) [pág. 104]*

Quanta ousadia dessas romanas, quanto sentimento! Mas há também outros documentos femininos, como um convite de uma senhora para sua festa de aniversário, por volta do ano 100 d.C., na Bretanha:

*Glúdia Severa para Lepidina, saudações. Convido-te a vir à comemoração do meu aniversário, no dia 11 de setembro, o que tornará o dia mais agradável, com a tua presença. Saudações a teu marido Cerealis. O meu Élio saúda-te e teus filhos. Espero-te, irmã. Saudações, irmã caríssima. Espero estar bem e saudações. Para Sulpícia Lepidina, esposa de Flávio Cerealis, de Severa.*

Você notou como, nesse convite, é a mulher quem organiza a festinha e convida as pessoas, tudo de forma autônoma? E isto vivendo em plena fronteira, em um acampamento militar. Podemos imaginar, portanto, como não seria a situação das mulheres em lugares menos isolados e civis. As romanas tinham uma posição ímpar que talvez só possa ser comparada àquela do século XX, no Ocidente, algo notável.

Na literatura latina, as mulheres aparecem de forma contraditória. Muitos autores foram francamente misóginos apresentando uma visão bastante crítica da mulher, ainda que, mesmo nesses casos, se possa entrever a importância social das mulheres. Um bom exemplo é uma piada inserida no romance irônico *Satiricon*, de Petronio, escrito no primeiro século d.C. Segundo a piada, uma dama, a única dama honesta que havia estado em Efeso e, ao morrer seu marido, ela continuou fiel e resolveu ficar ao lado de seu corpo na tumba, até que ela própria morresse de inanição. Levou consigo apenas uma escrava que também iria perecer. Contudo, não longe da sepultura, um soldado que tomava conta de um crucificado para que os familiares não viessem retirar seu corpo para as exéquias, percebeu a presença da senhora, pranteando o marido morto. Ficou sensibilizado com tanta dedicação e, adentrando a tumba, ofereceu sua ração, tentando convencê-la a aceitar e viver. [pág. 105]

A dama recusou-se, mas o odor do vinho acabou persuadindo a escrava, que acabou convencendo a patroa a matar a fome. Satisfeito um desejo, outro surgiu, a dama afeiçoou-se ao soldado e passaram a viver ali como marido e mulher. Na ausência do soldado, os familiares do crucificado retiraram seu corpo para providenciar seu enterro. Quando o soldado descobriu, sabendo que seria punido, preferiu a honra e decidiu dar cabo à sua vida. Neste momento, a dama o impediu, dizendo que não perderia dois maridos e ordenou que



pendurasse o corpo de seu primeiro marido, o morto, na cruz. No dia seguinte, todos gritavam: milagre! O morto voltou à cruz!

Essa piada machista não deixa, por seu lado, de mostrar como os homens podiam, ou temiam, ser submetidos aos desejos femininos.

Mas nem todos os autores romanos eram misóginos, pelo contrário. Ovídio (AA 2, 685-9) escreveu:

*Quero ver a mulher de olhos rendidos,  
a exausta mulher que desfalece  
e que por muito tempo não consente  
que lhe toquem no corpo dorido de prazer.*

Ou ainda outro belo poema, de Catulo:

*Vamos viver, minha Lésbia, e amar,  
e aos rumores dos velhos mais severos,  
a todos, voz nem vez vamos dar. Sóis  
podem morrer ou renascer, mas nós  
quando breve morrer a nossa luz, perpétua noite dormiremos, só.  
Dá mil beijos, depois outros cem, dá.  
Muitos mil, depois outros sem fim, dá Mais mil ainda e enfim mais  
cem — então  
Quando beijos beijarmos (aos milhares!)  
Vamos perder a conta, confundir.  
P'ra que infeliz nenhum possa invejar,  
Se de tantos souber, tão longos beijos.*

Já se tratou das relações entre pessoas do mesmo sexo no mundo grego e mencionou-se que essas relações eram conhecidas [pág. 106] pelos romanos como "amor grego". Os romanos, no entanto, tampouco se opunham a essas práticas. Na elite romana, aceitava-se como natural que um homem mantivesse relações com mulheres e com homens, em especial, o patrão com seus escravos e escravas. Por muito tempo, considerou-se que as relações entre pessoas do mesmo sexo em Roma fosse um costume aprendido com os gregos, mas as diferenças entre as práticas gregas e romanas parecem indicar que não é este o caso. Entre os romanos, não havia separação tão radical entre homens e mulheres e a relação entre homens não era "pedagógica" como entre os gregos. Segundo uma interpretação amplamente aceita, os homens romanos deviam penetrar, para serem considerados homens de verdade e não podiam ser penetrados. Contudo, parece que a masculinidade romana não estava baseada

nisso, o caso de Caio Júlio César é sintomático a este respeito: ele era considerado um grande conquistador de mulheres e todos conhecem sua história de amor com Cleópatra. O mesmo César, contudo, tinha a fama de ser "esposa de todos os homens e marido de todas as mulheres"! Seria mais apropriado considerar que o condenável na sociedade romana era o fato de fazer-se passar por alguém do outro sexo, e não o de manter relações com pessoas do mesmo sexo, seja de forma ativa ou passiva.

Sabemos, principalmente por meio de pinturas e grafites parietais, que os pobres namoravam, freqüentavam prostíbulos. E há mesmo indícios de que havia mulheres de posses que pagavam pelos serviços de prostitutos.

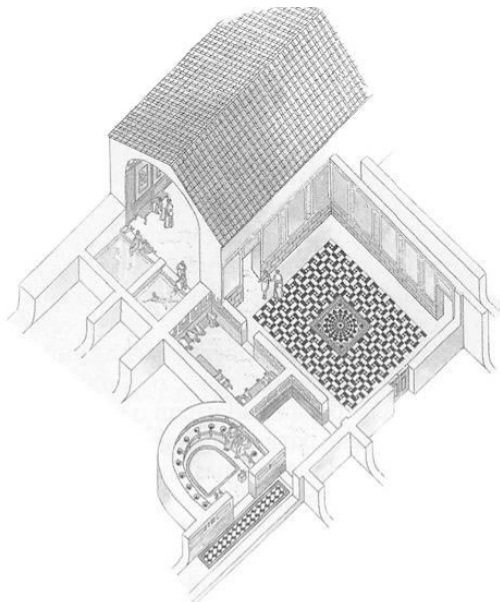
Para os romanos, ricos ou pobres, a sexualidade também era intimamente ligada à religiosidade e, em particular, ao culto à fertilidade. Em toda a parte, encontravam-se objetos fálicos, nas paredes das casas, nos cruzamentos, como pingentes em colares, em anéis. As casas tinham, no telhado, falos nas extremidades, vestígio dos quais se pode ver nas casas atuais, agora já sem a forma de pênis, mas como uma telha que se alça de forma aparentemente inexplicável. Até mesmo as campainhas das casas romanas podiam ser em forma de um ou mais falos, que o visitante tinha de tocar para fazer o ruído e fazer-se notar. Essa presença generalizada de membros eretos causa, nos modernos, uma certa surpresa, um estranhamento de que os romanos não tivessem vergonha de tão[pág. 107] explícita referência sexual. Para os romanos, contudo, o falo era associado à magia da reprodução e, por isso, era considerado um potente amuleto contra o mau-olhado e o azar. Sua presença nos limites, como no telhado, nas soleiras e nas campainhas, tinha essa função protetora contra as más intenções. As próprias relações sexuais, pelo mesmo motivo, eram consideradas abençoadas e propiciatórias e até mesmo a referência verbal ao ato sexual tinha essas conotações. Nós herdamos dos romanos a figa — que quer dizer vagina, em latim popular — como gesto que representa a relação sexual e que, por isso, traz a sorte. É provável que este caráter sagrado e propiciatório das relações sexuais esteja na base da maneira como os romanos encaravam, com naturalidade, um general "esposa e marido" ao mesmo tempo, pois, de certa forma, era sempre a divina fertilidade em ação. Não por acaso, Júlio César considerava-se descendente de Enéias, filho de Marte (o deus da Guerra) e Vênus (a deusa do Amor) idéia esta que talvez ilustre à perfeição a convivência dos princípios da força e da procriação.

## A VIDA cotidiana

Estamos tão acostumados com nosso dia-a-dia que fazemos tudo "automaticamente". Levantamos, escovamos os dentes, nos banhamos sozinhos,

nos vestimos, tomamos café da manhã... bem, basta para perceber que tudo isto, que fazemos sem muito pensar, não vale para outros lugares e épocas. Como seria o dia de um romano da cidade, então?

Os romanos costumavam; acordar com o raiar do dia. As lojas em Roma abriam cedo e as crianças costumavam comprar pães ou bolinhos na ida para a escola. Às oito horas, abriam-se os bancos e as repartições públicas. Na praça central, ou fórum, localizavam-se as lojas, repartições e outros negócios, o que dava um aspecto movimentado e barulhento ao lugar. O trabalho ia até o meio-dia, quando tudo fechava para o almoço e, no verão, dormia-se um pouco, fazendo-se uma sesta. O almoço era uma refeição leve: pão, azeitonas, queijo, nozes, figos secos e algo para beber. Havia quem levasse uma marmita e comesse seu almoço na rua, ou assistindo a [pág. 108] uma luta de gladiadores no anfiteatro.



Reconstrução de uma terma romana, da cidade de Iluro, na Espanha. As pessoas banhavam-se e iam a latrina juntas e essas construções públicas eram importantes locais para a vida social (Museu de Mataró, *Iluro – Una ciutat per descobrir*, 1999: 37)

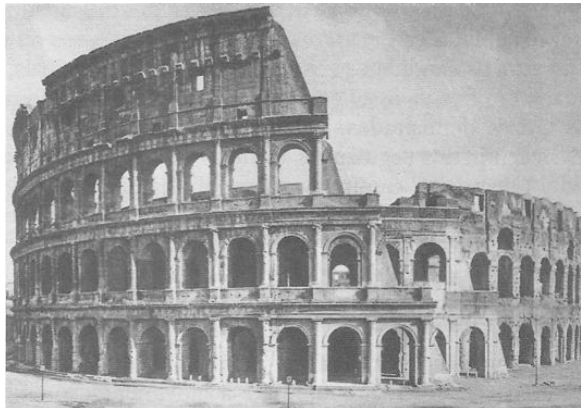
Tudo reabria depois do almoço e à tarde, ia-se tomar banho nas termas

públicas, edifícios elaborados onde se podia banhar de graça em banheiras de água fria e quente. Em muitas termas havia salas de ginástica, passeios a sombra de árvores, salões, que podiam ser usados mediante pagamento. Em geral, primeiro banhavam-se as pessoas de posses, entre as duas e as quatro da tarde. Após o expediente, vinham banhar-se os mais humildes. Esses banhos, não esqueça, não eram como as nossas duchas, eram banhos em água fria e quente, em [pág. 109] banheiras coletivas. À noite, havia a principal refeição do dia, a ceia. Os pobres contentavam-se com pão, vegetais e vinho de segunda. Os que podiam tinham longas ceias, que duravam várias horas e que tinham três pratos: uma entrada, o prato principal, com algum tipo de carne, e a sobremesa, frutas frescas ou doces.

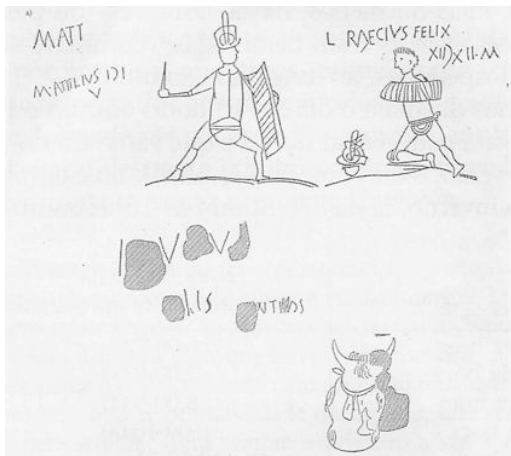
Os romanos da cidade viviam em casas ou em prédios de apartamentos. Isso mesmo, havia prédios de apartamentos, chamados de insulae, "ilhas", onde viviam as pessoas de menos posses nas cidades grandes. Como não havia elevadores, quanto mais alto o apartamento, menores eram as unidades e mais gente vivia em condições próximas às de nossas favelas. Os prédios podiam ter até seis andares. As casas eram usadas pelas pessoas de posses, embora no campo houvesse também casebres muito humildes.

A vida na cidade era movimentada, o burburinho das ruas era sentido por todos. Os romanos adotaram o sistema de cidades planejadas em tabuleiro tanto por influência grega como, principalmente, por direta transposição dos esquemas dos acampamentos militares. Os romanos construíram muitas delas, primeiro na Itália e, a partir do século II a.C., em todo o Ocidente, a começar pela Espanha, passando pela Gália, África do Norte, Bretanha. Grande parte das cidades de países como Itália, Espanha, Portugal, Bélgica, Suíça e Inglaterra foram fundadas pelos romanos. Na Península Ibérica, são exemplos de cidades romanas importantes Lisboa, Barcelona, Sevilha; na França, Lyon; na Alemanha, Colônia e Munique; na Inglaterra, Londres. Diversas cidades conservam até hoje o traçado das ruas estabelecido pelos romanos, ao menos em sua área central.) A cidade planejada contava com duas avenidas principais, que se cruzavam de norte a sul (cardo) e de leste a oeste (decumanus). A partir delas, seguiam-se ruas paralelas que formavam um traçado regular e ortogonal da cidade, como se fosse um tabuleiro de xadrez. No centro, havia os principais edifícios públicos, que organizavam o espaço urbano: fórum (mercado), basilica (edifício administrativo), um ou mais templos, termas (banhos públicos), latrinas, teatros. As aulas eram, muitas vezes, dadas aos alunos em um dos cômodos do fórum. Por toda a cidade, espalhavam-se lojas, como padarias e bares. Na periferia, localizavam-se o anfiteatro, para as diversões, locais de treinamento físico, hortas e, às vezes, depósitos de lixo. A cidade era cercada por uma muralha e a entrada restringia-se a grandes portas, [pág. 110] muitas

delas ainda em uso hoje em dia. As paredes das cidades estavam sempre cobertas com cartazes eleitorais, pedindo aos transeuntes o voto para os candidatos aos diversos cargos municipais.



O Mais conhecido Anfiteatro romano é o Coliseu, assim chamado, porque ao seu lado havia uma estátua colossal de Nero (*Terrasse*, op. cit. p. 145)



Um grafite, ou inscrição feita na parede, mostra o momento final de uma luta de gladiadores: o lutador à esquerda, M. Atilio, vence L. Récio, que se ajoelha e depõe o capacete no solo, à espera da decisão popular. A platéia poderia mostrar o polegar para baixo, condenando o perdedor à morte ou, pela bravura do combatente, conceder-lhe a vida, levantando o polegar para cima. Neste caso, o perdedor lutou corajosamente e está escrito que lhe foi concedida a

vida (cil iv — 10.236). [pág. 111]

A cidade era dos vivos e, por isso, os mortos eram enterrados, ou suas cinzas depositadas, em monumentos funerários além-muros. Os cemitérios seguiam as estradas que saíam pelas portas da cidade. Quando se caminhava para fora da cidade, sempre se passava pelas tumbas, com suas inscrições, figuras e estátuas.

As cidades estavam ligadas entre si por uma rede de estradas enorme. (Até o século III d.C. e a invenção da ferrovia, as melhores estradas eram, ainda, as romanas, muitas delas utilizadas até hoje!) As estradas serviam não tanto para o transporte de mercadorias, que seguiam, sempre que possível, por água, já que era mais rápido e barato, mas principalmente para a movimentação de tropas militares e do correio. Usavam-se cavalos e burros para puxar carroças. Nas estradas, havia marcas de milhagem, em geral usadas para comemorar reparos e melhoramentos na via. A cada quarenta quilômetros, mais ou menos, havia "estações" ou postos de controle. Como as viagens eram demoradas, costumava-se parar para dormir em hospedarias, ao longo do caminho.

Os romanos dividiam o dia em 12 horas diurnas e 12 noturnas, que começavam com o raiar do sol e que variavam do verão para o inverno. No verão, o dia começava às 4:30 e terminava às 19:30 e no inverno ia das 7:30 às 16:30.

	<i>Hora moderna correspondente aproximada</i>
Primeira hora:	06:00 — 07:00
Segunda hora:	07:00 — 08:00
Terceira hora:	08:00 — 09:00
Quarta hora:	09:00 — 10:00
Quinta hora:	10:00 — 11:00
Sexta hora:	11:00 — 12:00
Sétima hora:	12:00 — 13:00
Oitava hora:	14:00 — 15:00
Nona hora:	15:00 — 16:00
Décima hora:	16:00 — 17:00
Décima primeira hora:	17:00 — 18:00
Décima segunda hora:	18:00 — 19:00

[pág. 112]

Podemos ter uma noção de um dia típico de um pater famílias romano, por meio deste epigrama de Marcial:

*As primeira e segunda horas são destinadas ao atendimento dos clientes pobres dos ricos senhores.*

*A terceira hora põe as gargantas dos advogados a trabalhar até que fiquem roucas.*

*Os outros afazeres de Roma continuam até que a quinta hora termine.*

*A sexta hora traz o descanso aos que estão esgotados de trabalho.*

*A sétima hora vê o fim da sesta.*

*A oitava hora mantém os lutadores felizes, brilhando com azeite na pele.*

*A nona hora diz-nos para levarmos nossas carcaças até os sofás, junto à mesa de jantar, cheia até o ponto de não suportar o peso das comidas.*

*A décima hora é o momento de ler meu livrinho de poemas, Eufemo, enquanto você prepara pratos dignos dos deuses. (Epigrama IV, 8 de Marcial.)*

A maioria da população, entretanto, vivia no campo, em fazendas ou em aldeias. Os camponeses que viviam em aldeias trabalhavam a terra e sustentavam-se com a venda ou troca da sua produção agrícola por produtos que necessitavam, como ferramentas.

As casas de fazenda dos grandes proprietários eram suntuosas e algumas eram verdadeiros palácios. No campo, muitas vezes o proprietário deixava a administração da fazenda nas mãos de um escravo-capataz, como nos conta Catão:

*Estes são os deveres do capataz. Deverá ter disciplina; observará os dias festivos, respeitará a propriedade alheia e cuidará da sua. Mediará nas disputas entre subordinados. Se alguém cometer delito, a punição será na justa medida. Cuidará para que sejam bem tratados, não tenham fome ou sede e que não prejudicarão nem roubarão ninguém. Qualquer infração cometida será responsabilidade do capataz, que será punido, nesse caso, pelo senhor... Será sempre o primeiro a sair e o último a voltar para a cama: antes disso, certificar-se-á de que as portas estão fechadas, cada qual dormindo no seu devido lugar, e os animais deverão estar no estábulo. (Catão, Sobre as coisas do campo, 5.)*

Em Roma, o luxo dos romanos ricos contrastava com a miséria dos romanos pobres. Esse abismo não diminuiu nos dois primeiros séculos do

Império; pelo contrário, os ricos passaram a viver [pág. 113] ainda melhor habitando palácios cercados por imensos jardins e situados sobre as colinas, possuindo móveis preciosos e sendo servidos por centenas de escravos. Os pobres continuaram a viver, como no passado, em habitações pequenas e sem conforto.

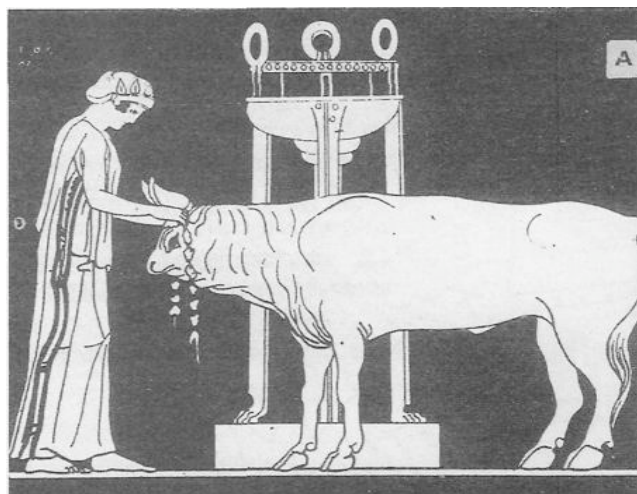
Entre os habitantes da cidade de Roma, havia centenas de milhares de trabalhadores, artesãos, empregados ou pequenos funcionários. Mas eles eram, em sua maioria, escravos ou libertos, originários das províncias ou estrangeiros.

O fato novo que caracterizou então a vida da plebe que vivia na cidade de Roma no tempo do Império foi a sua neutralização política (aquietação das insatisfações sociais, reivindicações e revoltas) dos pobres, por meio de subsídios alimentares e de diversões públicas. Os ricos, por sua vez, estavam privados das lutas políticas que haviam ocupado boa parte de seu tempo na época da República. No século II d.C., o estado fornecia trigo gratuitamente, todos os dias, a quase duzentas mil pessoas. Essa política ficou conhecida, como já vimos, como a do "pão e circo", em expressão cunhada pelo satirista latino Juvenal (50-130 d.C.) e servia basicamente para manter a população pobre da cidade sob controle, submissa. (Por isso, até hoje, quando se diz que determinados governantes ou meios de comunicação querem criar um povo alienado e acomodado com paliativos sem procurar de fato resolver seus problemas, fala-se em política de "pão e circo".)

## A RELIGIÃO

A religião dos romanos era politeísta e antropomórfica com nítidas influências das crenças etrusca e grega. Ao dominar grande parte do mundo conhecido, os romanos entraram em contato com diversas religiões e tiveram por elas grande respeito. Algumas chegaram a erigir seus templos na própria cidade de Roma. O Panteão, ou conjunto de deuses, dos romanos chegou a incorporar alguns dos deuses gregos, com nomes trocados para nomes latinos, mas com os mesmos atributos.

A flexibilidade religiosa dos romanos, o respeito a outras religiões e a facilidade de incorporá-las foi um fator importante em [pág. 114] sua capacidade de dominar povos tão variados e uma área geográfica tão grande.



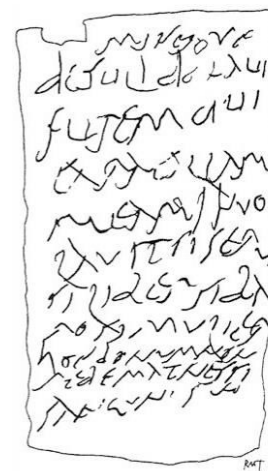
Preparação do animal para o sacrifício religioso (Aubert, op. cit., p. 143)

Os romanos expressavam sua devoção aos deuses com oferendas nos templos e, em santuários domésticos, aos deuses lares, embora fizessem, também, procissões, rezas e sacrifícios públicos.

Durante o Império, a religião oficial ganhou o culto aos imperadores, uma espécie de religião cívica, que reverenciava os imperadores romanos que haviam sido declarados "santos", após a morte. Esse culto aglutinou, por muitas gerações, durante os três primeiros séculos d.C., as elites nas diversas áreas do Império. Em paralelo, difundiram-se diversos cultos de origem oriental e que se voltavam especialmente para mulheres, libertos e livres humildes em geral.

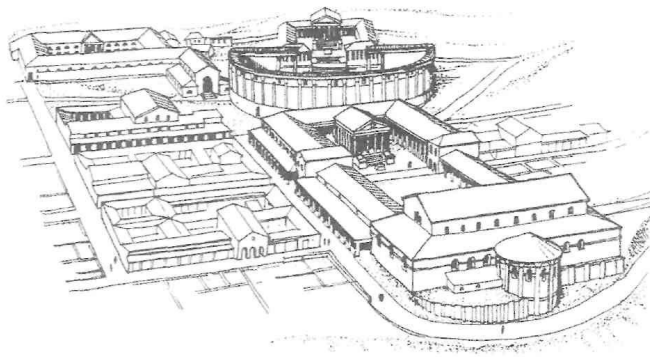
## A "CIDADE romana"

O mundo romano era um mundo de cidades que falavam latim, grego, mas muitas outras línguas, como o púnico, o céltico [pág. 115] ou o aramaico, para mencionar apenas algumas delas. A cultura urbana podia encontrar-se bem longe, fisicamente, das ruas da cidade, em pleno campo, nas fazendas ou villae rusticae, pois nelas havia uma parte urbana, e suas paredes exibiam pinturas e seus pisos mosaicos com temas tipicamente citadinos, como as lutas de gladiadores. Mesmo quem vivia no campo tinha como referencial a cidade.



Os templos eram usados pelos fiéis de diversas formas. No templo de Súlís Minerva, em Bath, na Grã-Bretanha, foram encontrados diversos pedidos de restituição de bens, como este, que diz: "Para Minerva, a deusa Súlís, dou o ladrão que roubou meu casaco, seja livre ou escravo, homem ou mulher. Não reaverá esta doação a não ser com seu próprio sangue" (Funari, *Antigüidade Clássica*, 1995: p. 53)

Para os romanos, assim como para os gregos, a cidade envolvia o campo e a parte urbana era seu centro. Compunha-se de urbs, [pág. 116] cercada pelas muralhas, e rus ou ager, o campo. Este recinto amuralhado, considerado sagrado, era o pomerium, onde estavam os vivos e desarmados. Os mortos, como foi dito, deviam ser enterrados fora do pomerium, em geral em tumbas que ladeavam as estradas que davam acesso à urbs. Os soldados armados também deviam reunir-se fora, no campus, campo. Assim como na cidade grega, havia na romana a distinção entre a parte alta, destinada aos templos e, o plano, onde ficava o fórum, ou mercado. No centro, deveria estar um templo, o fórum e outros edifícios públicos, como aquele que albergava as reuniões do conselho municipal, chamada de ordo decurionum, ou ordem de decuriões.



Reconstrução de uma cidade romana típica planejada. Augst, na atual Suíça (Thorpe, *Roman architecture*, 1995: 32)

Havia, ainda, outros equipamentos urbanos, como os teatros, descobertos e cobertos, para diferentes tipos de espetáculos, palestras ou treinamento e exercícios. Os anfiteatros foram uma criação romana. Os jogos de gladiadores, disputados, na sua origem, no fórum e depois em construções provisórias de madeira, levaram posteriormente à criação de um edifício ovalado, destinado a abrigar milhares de espectadores das disputas entre lutadores. Sua forma deriva da necessidade de permitir que o público possa assistir [pág. 117] à luta de qualquer lugar, daí o nome que teve de início: *speccacula*, "local de onde se pode ver". Os eruditos latinos transpuseram esse nome latino popular para o grego e o chamaram "anfiteatro", "local de onde se pode ver dos dois lados".

Alguns estudos recentes indicam que os jogos de gladiadores e os anfiteatros eram essenciais para definir a própria identidade romana: os jogos de gladiadores representariam o lugar onde a civilização e o barbarismo se encontravam, e civilização, como o próprio nome já diz, significava para os romanos cidade. Segundo o historiador contemporâneo Thomas Wiedemann:

*A arena era o lugar onde a civilização confrontava a natureza, na forma de feras que representavam um perigo para a humanidade; e onde a justiça social confrontava a má ação, na forma de criminosos, ali executados; e onde o império romano confrontava seus inimigos, na pessoa dos cativos prisioneiros de guerra, mortos ou forçados a combaterem, entre si, até a morte.*

Seguindo com Wiedemann, percebemos que daí, do espírito por detrás das lutas de gladiadores, decorre a multiplicação de arenas nas cidades fronteiriças do Império Romano, sua localização próxima ao limite físico que separa o

recinto urbano amuralhado do *ager*, e também sua presença no mundo de fala grega, como sinal de identidade romana. Uma das características marcantes dos jogos de gladiadores era a onipresença da morte e a cidade romana, como vimos, era a morada dos vivos, por oposição a morada dos mortos, o que aconselhava a construção do anfiteatro no limite do perímetro urbano, de modo que os mortos fossem logo evacuados para fora dos muros. Nem todos concordariam com estas interpretações do significado da cidade romana pois, afinal, havia uma grande variedade de cidades romanas, muitas delas sem anfiteatros ou lutas de gladiadores, por exemplo.

## A CULTURA romana

Certas obras e autores chegaram a desvirtuar a imagem dos romanos e diminuir a importância de sua contribuição cultural. [pág. 118]

Isto é um grande equívoco. Mas, depois de tudo que vimos sobre a Grécia, sobraria algo criativo em termos culturais para os pobres romanos? Ou seriam meros imitadores dos gregos? Bem, vamos por partes.

### *O direito*

Vimos, anteriormente, que a criança que freqüentava a escola aprendia a ler e escrever e aperfeiçoava-se na arte de falar em público, a oratória. A escrita era considerada essencial para que se pudesse ter acesso àquilo que as gerações anteriores haviam produzido. Os romanos foram sempre muito preocupados em tornar público, por meio de inscrições, tudo aquilo que se referia à vida em sociedade. Um bom exemplo foi a "Lei das Doze Tábuas", gravadas em tábuas de bronze, em 450 a.C. e afixadas na plataforma (*rostra*) em que os oradores falavam para o povo romano, diante do Senado. O fato de ser pública foi muito importante, pois, assim, todos eram capazes de saber exatamente o que se podia ou não fazer e quais as punições previstas para os desobedientes. Por muitos séculos, as crianças deviam copiar e decorar a Lei das Doze Tábuas, tarefa difícil, mas que demonstra o valor atribuído pelos romanos ao conhecimento da lei. As crianças aprendiam, desde cedo, que "o direito conduz os que querem e arrasta os que não querem" (*ius uolentes ducit et nolentes trahit*). Toda a formação do jovem rapaz visava transformá-lo em um bom advogado, com suas duas características principais: ser um bom orador e conhecedor das leis. Para os romanos, era de suprema importância aquilo que nós chamamos de "combinados": as regras. Apenas o respeito às normas permite que se siga outro ditado repetido pelos jovens nas escolas: "a justiça é a vontade constante e permanente de dar a cada um o que é seu". Você já notou que os romanos davam

muito valor ao direito, não é?

Todos os homens de posses deveriam ter um bom conhecimento do direito e a vida pública confundia-se com a prática da advocacia. Os romanos, com o passar do tempo, começaram a compilar as leis, decretos, pareceres e decisões judiciais, a fim de permitir seu melhor conhecimento. Estas compilações, chamadas Códigos, tornaram-se a base do Direito de todo o mundo ocidental, de maneira que o Direito romano funda os sistemas [pág. 119] jurídicos de países como a Itália e a França, além da África do Sul, da Escócia e do Brasil.

O Direito romano começou verdadeiramente a se organizar nos séculos I e II da nossa era, reunindo todas as leis e todos os textos que existiam em Roma em matéria de julgamentos, procurando fazer um levantamento das regras gerais. Estas tentativas de Roma para estabelecer uma ciência jurídica foram muito importantes, pois nenhum outro povo da Antigüidade fez com relação a isso nada comparável aos romanos.

### *A literatura*

Além do Direito, as crianças aprendiam, nas escolas, a Literatura. Os romanos demoraram alguns séculos para desenvolver o hábito de escrever e publicar livros. Quando começaram, já no século III a.C., foram influenciados pelos gregos, adotando idéias e formas surgidas na Grécia. Desenvolveram a poesia, épica, cômica, dramática, lírica, satírica e didática. Utilizavam a poesia para transmitir o saber, aprendiam-se na escola versos didáticos que, por serem "cantados", acabavam por fazer as crianças decorarem a matéria. As fábulas de Fedro — um escravo trazido do Oriente que acabou sendo libertado por Augusto — são um bom exemplo: são histórias com animais que ilustram um pensamento ou uma lição moral. Cento e vinte e três fábulas suas chegaram até nós.

Na prosa, tinha a oratória lugar privilegiado, que registrava e publicava os discursos. O mais famoso e considerado escritor latino, o orador e advogado Cícero (106-43 a.C.), publicou muitos de seus discursos, 56 dos quais chegaram até nós. A influência de Cícero, como modelo de prosa a ser imitada, foi enorme nos séculos seguintes e seus textos continuaram sendo estudados pelas crianças nas escolas até a década de 1950. Já pensou, um autor que foi lido por ininterruptos dois mil anos! Cícero cunhou frases que estão conosco até hoje, como ao se referir a seu adversário, Catilina: "Até quando, Catilina, abusará de nossa paciência?". Falando da corrupção de alguns políticos de sua época, criou uma expressão ainda em uso: "Ó tempo! Ó costumes!". Cícero gostava também de tiradas engraçadas e algumas delas ficaram famosas, como quando, certa vez, lhe disseram que uma mulher afirmava ter trinta [pág. 120] anos de idade, ao

que ele comentou: "É verdade, faz vinte anos que ouço isso!". Aos sessenta anos, casou-se com uma jovencinha e, ao ser criticado, retrucou que ela "amanhã será uma mulher."

Além da oratória, os romanos escreveram romances, livros de História, cartas, tratados sobre os mais variados temas, como Filosofia, Religião, Arte.

Virgílio foi o grande poeta épico latino, tendo composto, na época do imperador Augusto (século I a.C.), a Eneida, um poema que contava as origens heróicas do povo romano, descendente dos troianos. Na mesma época, Tito Lívio escrevia uma monumental História de Roma, desde a fundação até Augusto. Em ambos os casos, as obras representavam bem os planos de Augusto para glorificar as origens e a história de expansão e domínio romano do mundo.

Você deve estar se perguntando: mas todo mundo era estudado? É difícil acreditar, não é mesmo? Mas a verdade é que não eram só as pessoas de posses que se preocupavam com a cultura. A grande massa da população romana, ainda que semi-analfabeta, também gostava de escrever e, mesmo que não se pudesse ter livros publicados, era possível escrever nas paredes. As paredes preservadas de Pompéia, cidade destruída pela erupção do Vesúvio em 79 d.C., trazem milhares de grafites populares, inscrições que tratam dos mais variados temas. Há poesias, desenhos, recados, trocas de impressões, até exercícios escolares podem ser lidos, dois mil anos depois de terem sido escritos. A língua usada nas paredes não era a mesma que se usava na literatura ou na oratória, era mais simples e direta, cheia de "erros". Foi deste latim vulgar que veio o português que falamos, tanto em termos de vocabulário como na estrutura das frases.

O gosto popular pela risada também pode ser avaliado por um trecho da comédia de Plauto, A comédia da panela, um verdadeiro pastelão:

*Congrião (saindo correndo da casa de Euclião) — Socorro, socorro! Cidadãos! Socorro! Saiam da frente, que deu a louca no velho! O miserável tá pensando que eu sou saco de pancada. (Gemendo) Aiaiai, nunca levei tanta porrada em minha vida! Ô velho filho da mãe.*

*Euclião — Volta aqui, "seu" salafrário! Você não me escapa.*

*Congrião (empunhando a faca) — Que bicho te mordeu, ô velho caduco?* [pág. 121]

*Euclião (parando) — Eu vou te denunciar aos triúmviros,*

*Congrião — Por quê?*

*Euclião — Porque você tem uma faca na mão.*

*Congrião — E o que você poderia esperar de um cozinheiro?*

É engraçado, não? Esse humor simples, esse gosto pela palhaçada talvez



explique um pouco da (má) fama dos romanos.

### *A presença da cultura grega na cultura romana*

Voltemos, agora, aos gregos, pois eles e sua cultura foram muito importantes para os romanos a tal ponto que se diz que a Grécia, capturada pelos romanos, capturou-os culturalmente. O poeta latino Horácio (século I a.C.) (Ep. 2, 1, 156) compôs a famosa fórmula: *Graecia capta fenm uictorem cepit*, "a Grécia capturada conquistou o orgulhoso conquistador". Basta lembrar que os deuses gregos e suas histórias foram incorporados pelos romanos, tendo seus nomes traduzidos, como é o caso de Zeus (Júpiter), Afrodite (Vênus) ou Áres (Marte).

O sul da Península Itálica e a Sicília haviam sido colonizados pelos gregos, formando a Magna Grécia, e os romanos conviveram com os gregos por muitos séculos. As próprias histórias de Roma inseriam-se na mitologia grega, como mostra bem o caso da ligação entre a narrativa da Guerra de Tróia e a da fundação de Roma, mencionadas anteriormente.

### *Como se pode interpretar essa relação entre gregos e romanos?*

Para responder a essa pergunta torna-se necessário, antes, considerar as relações entre culturas de povos diferentes. O nacionalismo do século XIX de nossa era forjou os Estados nacionais a partir de algumas noções que ainda estão conosco até hoje. Segundo o nacionalismo, uma nação compõe-se de um povo, um território e uma cultura. Até a Revolução Francesa, no final do século XVIII a nação era um conceito ligado ao rei e não se baseava nestes três pontos. Duas nações anteriores ao século XIX mostram isto: a Espanha e o Sacro Império Austro-Húngaro. Em ambos os casos, havia muitos povos, em territórios descontínuos e de limites em constante movimento e com línguas, usos e costumes variados. Já a França pós-revolucionária encarna o melhor exemplo do novo Estado nacional. [pág. 122]



Atores cômicos, mosaico de Pompéia – Museu de Nápoles (Terrasse, op. cit., p. 166).



O Pantheon foi um templo circular monumental construído à época de Adriano, no segundo século d.C. e o diâmetro do seu domo, de 43,5 metros é maior do que a Basílica de São Pedro, em Roma (Terrasse, op. cit., p. 149).

Enquanto a França monárquica era também composta de diversos povos, com diversas línguas, usos, costumes e territórios, a nação francesa moderna impõe a homogeneidade de uma língua, o francês, um povo, o povo francês, e um território delimitado. O que interessa aqui é que esse conceito de nação e, conseqüentemente, cultura nacional, implica homogeneidade. A partir deste nacionalismo, considerou-se que, no passado, haveria também nações homogêneas como deveriam ser os modernos Estados nacionais. Nos últimos anos, contudo, tem-se notado que a homogeneidade apregoada pelo nacionalismo não corresponde às realidades presentes e, menos ainda, àquelas do passado.

É neste contexto que se pode compreender a interpretação que a historiografia tradicional nacionalista deu à relação entre gregos e romanos na Antigüidade: quando duas culturas se encontram, aquela que é superior acaba por se impor à outra; isto é o que explicaria a europeização do mundo e justificaria a chamada ação civilizadora das potências ocidentais. Transpondo-se este esquema para a Antigüidade, a superioridade cultural grega teria gerado a helenização dos romanos, ou seja, teria levado à adoção de costumes, valores e ideais gregos. Nos últimos anos, contudo, os historiadores têm questionado essa visão e se têm privilegiado a noção de cultura heterogênea e em constante fluidez. Nesta nova perspectiva, a presença de elementos gregos no mundo romano adquire sentido em sua específica reelaboração pelos romanos, eles mesmos uma grande cultura de síntese, sempre capaz de absorver e transformar as outras culturas. Os romanos da elite aprendiam o grego, falavam e escreviam-no com perfeição, colecionavam obras de arte gregas, mas nunca se confundiram com os gregos, Lembremo-nos do ditado romano já citado: *timeo danaos, et dona ferentes*, "cuidado com os gregos.". Tanto mais distâncias tomavam as camadas populares, como se pode notar nas constantes brincadeiras feitas com os gregos em comédias populares.

### *Os não romanos entre os romanos*

Quem não conhece Asterix, Obelix e sua turma de gauleses que combatem os romanos nas famosas histórias em quadrinhos [pág. 124] francesas traduzidas em inúmeros países? Quem não conhece Jesus e os apóstolos, também da época dos antigos romanos? Eram romanos ou não eram? Bem, não é tão simples responder a essa questão. É necessário voltar para o assunto da formação do mundo romano.

Os romanos conquistaram primeiro a Itália e, depois, toda a bacia do Mediterrâneo e, pouco a pouco, povos e mais povos foram sendo incorporados ao mundo romano. Ainda que esses outros povos fossem sendo considerados

parte de Roma e que, até mesmo, a cidadania fosse concedida a indivíduos ou grupos inteiros, sempre muitos foram os não romanos. Dentre estes, os mais numerosos eram os escravos, muitas vezes provenientes dos lugares mais distantes de Roma. Ao se tornarem escravos deviam aprender a língua, os usos e costumes dos romanos, mas não deixavam de continuar com muitas de suas crenças e valores originais. Talvez o mais famoso exemplo seja o de Espártaco, homem nascido na Trácia, na Europa Oriental. Serviu no exército romano, desertou e tornou-se líder de uma quadrilha. Tendo sido preso, foi vendido como escravo para um treinador de gladiadores. E, em 73 a.C., em Cápua, convenceu outros gladiadores a fugirem. A revolta espalhou-se e noventa mil escravos juntaram-se a eles, sob o comando de Espártaco, derrotando os dois cônsules, em 72 a.C. Mas no ano seguinte, foram, finalmente, vencidos. Houve muitas outras revoltas e fugas, mas nenhuma tão grande quanto esta. (A referência à Revolta de Espártaco ultrapassa sua época, pois seu nome foi usado para designar movimentos de resistência e revoltas contra variadas formas de opressão ao longo da História, inclusive no século XX, como no Movimento Espartaquista na Alemanha, em 1917.)

Quando os romanos conquistaram os gregos, no século II a.C., encontraram uma civilização que acharam grandiosa. Passaram a estudar a língua e a Literatura gregas, a conhecer a Filosofia, a importar obras de arte e professores gregos. Os romanos de posses passaram a conhecer o grego até melhor do que o latim, como hoje em dia uns consideram o Inglês mais importante que o Português. Os gregos, mesmo conquistados pelos romanos, não se preocupavam em aprender o latim de seus dominadores e, ao contrário, os romanos passaram a usar o grego em tudo o que se publicava no mundo de fala grega. A oriente, da Macedônia, passando [pág. 125] pelo Peloponeso, Ásia Menor, Síria, Palestina e Egito, os romanos conviviam com o grego como língua oficial romana. Os gregos passaram, com o tempo, a se considerar romanos, mas nunca deixaram de ser também gregos, com língua e costumes próprios.

A maioria dos povos conquistados, contudo, não era assim tão respeitada pelos romanos. Os povos podiam continuar a usar suas línguas e praticar seus costumes, mas apenas o latim era aceito como veículo de comunicação oficial. Durante muitos séculos, várias línguas como o etrusco e o asco, na Itália; o celta, na Gália; o púnico, na África; o egípcio, no Egito; ou o aramaico, na Palestina, foram utilizadas pelo povo dessas regiões. Jesus e seus discípulos, por exemplo, falavam aramaico e a religião que praticavam nada tinha a ver com a dos romanos. Os evangelhos que tratam da vida de Jesus foram escritos em grego, mas Jesus não pregava nem em grego, nem em latim. A única frase que conhecemos de Jesus em sua língua original é aquela que disse na cruz antes de morrer: *eloi, eloi, lamma sabacthani?* "Meu Deus, meu Deus, por que me

abandonaste?" (Marcos 15, 3). Um outro exemplo: Paulo, um rabino judeu de Tarso e que falava o grego, era cidadão romano, como se lê numa passagem do Novo Testamento, da Bíblia: Quando um tribuno foi prendê-lo, ele disse: "É-vos lícito açoitar um romano, sem ser condenado?" E, ouvindo isto, o centurião foi e anunciou ao tribuno, dizendo: "vê o que vais fazer, porque este homem é romano." E vindo o tribuno, disse-lhe: "dize-me, és tu romano?" E ele disse: "Sim". E respondeu o tribuno: "Eu, com grande soma de dinheiro, alcancei este direito de cidadania". Paulo disse: "Mas eu sou-o de nascimento". Esta passagem permite notar, ainda, pela fala do tribuno, que o destaque econômico permitia que se alcançasse a cidadania romana, pela política, já aludida, de inclusão das elites locais ao mundo romano oficial.

Os gauleses conquistados tampouco falavam o latim. Com o passar do tempo, o mundo romano foi sendo transformado e os diferentes povos foram se misturando, os costumes se mesclando, em alguns lugares mais do que em outros. Eram muitos costumes, em constante interação. [pág. 126]

## TRANSFORMAÇÕES no mundo romano

A cidade de Roma, surgida tão pequenina, cresceu por tantos séculos, dominando cada vez mais áreas, até atingir sua maior extensão no segundo século d.C. Um historiador dessa época, Floro (século II d.C.) descreve a História de Roma, comparando-a à vida de uma pessoa:

*Se se considera o povo romano como um homem e se se percorre toda a sua existência, teremos quatro momentos: seus inícios, sua adolescência, sua maturidade e, por fim, sua velhice. Sua primeira idade passou-se sob os reis e compreende cerca de duzentos e cinquenta anos, durante os quais se lutou, ao redor da cidade, contra seus vizinhos; esta foi sua infância. O segundo período, do consulado de Brutus e de Colatino ao consulado de Apio Cláudio e Quinto Fúlvio, durou duzentos e cinquenta anos, durante os quais se submeteu a Itália. Foi a época mais fértil em heróis e combates, sua adolescência. Depois, até César Augusto, em duzentos anos pacificou-se todo o mundo. Foi a idade adulta, de robusta maturidade. De César Augusto até nosso tempo, em menos de duzentos anos, a inércia dos Césares trouxe a decadência da velhice (Floro, História Romana, introdução).*

A História nunca acaba, as civilizações vão se modificando sempre, aos poucos, até ficarem tão diferentes que mudam seu próprio nome. Os costumes se

transformam e se pode dizer que surge uma nova sociedade. Como isto ocorreu na Antiguidade, eis o que veremos. O fator principal de mudanças foi o surgimento e a expansão do Cristianismo.

## O Cristianismo

Onde e como surgiu o cristianismo?

Desde a conquista de Alexandre, o Grande, toda a Palestina fazia parte da área de influência grega e muitos judeus que viviam fora da Palestina, em importantes comunidades judaicas dispersas, passaram a falar o grego. Sob domínio romano, que conquistou a região em 63 a.C., viviam na Palestina muitos povos, judeus, samaritanos, gregos, romanos. Entre os judeus, havia diversos grupos, com idéias [pág. 127] diferentes sobre sua própria religião e sobre como relacionar-se com os conquistadores.

Foi neste contexto que nasceu Jesus, um judeu humilde, de quem sabemos, praticamente, apenas o que nos dizem os Evangelhos, livros escritos por volta de 70 d.C. pelos seguidores de Jesus e que, posteriormente, foram agrupados com outros textos no chamado Novo Testamento. Pouco se sabe de sua vida antes que ele começasse a pregar suas idéias religiosas em aramaico, uma língua próxima do hebraico (e, ao que se sabe, Jesus nunca se expressou em grego). Nos primeiros anos, os seguidores de Jesus eram somente judeus pobres e humildes, como o pescador Simão, chamado de Pedro ("Rocha"). No tempo de suas pregações, por volta do ano 30 d.C., Jesus conquistou alguns seguidores entre os judeus, mas grande parte dos judeus não se converteu acreditando que não seria ele o Messias que seu povo tanto esperava.

Jesus foi condenado à morte na cruz pelos romanos, acusado de dizer-se o rei dos judeus, em 30 d.C. Logo em seguida à sua morte, seus seguidores formaram uma comunidade, de gente humilde, chamados de "pobres", que se reunia em memória de Jesus, que passou então a ser conhecido entre os que nele acreditavam como "Cristo", "ungido" do Senhor, o salvador que os judeus, esperavam e que teria morrido na cruz para salvar a todos os justos. Os cristãos acreditavam na existência de um único Deus universal e que Jesus era o Messias que trazia aos homens não riqueza e independência e sim o perdão de seus pecados e a promessa da felicidade eterna após a morte para aqueles que o merecessem.

Os apóstolos, seguidores que haviam conhecido Jesus, começaram a pregar espalhando a crença na vinda ao mundo de um salvador, uma Boa Nova, "Evangelho", em grego, e começaram a converter outros judeus, em particular, os que falavam o grego, pois estes estavam mais distantes dos anseios de

independência política dos judeus da Palestina e estavam mais abertos às influências de novas crenças. O caso mais notável foi o de um judeu da seita dos fariseus, Saulo, da cidade de Tarso bem versado na cultura grega. Menos de sete anos após a morte de Jesus, Saulo converteu-se ao cristianismo que havia anteriormente combatido e tornou-se seu grande pregador, com o nome romano de Paulo. [pág. 128]

O cristianismo começou a expandir-se para além dos "pobres" que compunham a comunidade de Jerusalém e Paulo iniciou a pregação do Evangelho para todos os homens, não apenas para os judeus, como tinha sido nos primeiros anos após a morte de Jesus. Paulo distinguia os ensinamentos de Cristo da religião tradicional dos judeus, defendendo uma doutrina distinta da dos israelitas. Por mais de vinte anos, Paulo viajou e pregou, pelo Mediterrâneo Oriental, até ser preso em 58 d.C. Como Paulo tinha a cidadania romana, em 60 d.C. pediu para ser julgado em Roma. Em 64 d.C. ocorreram as primeiras perseguições aos cristãos, tendo Pedro e Paulo sido martirizados em Roma, por essa época.

O cristianismo não teve êxito duradouro na Palestina, mas se expandiu muito rápido em todas as regiões que margeavam o Mediterrâneo, no mundo romano. O próprio Paulo chegou a pregar na Síria, na Ásia Menor, na Grécia e na cidade de Roma. Além dos judeus convertidos, engrossavam as fileiras da nova seita não judeus, escravos, povos submetidos pelos romanos, gente humilde. Por que essas pessoas se convertiam ao cristianismo? Para os pobres, que constituíam a grande maioria desses primeiros cristãos, a nova religião dava a esperança de uma vida melhor. Eles acreditavam que Jesus voltaria e instauraria o Reino de Deus na terra, destruindo o anti-Cristo, o imperador romano. Ou seja, era uma religião de explorados que acreditavam numa revolução, num mundo de justiça, o paraíso na terra.

Assim, quando o primeiro Evangelho, de Marcos, foi escrito, lá por 70 d.C., o cristianismo havia deixado de ser uma pequena seita e já conquistava adeptos e seguidores em toda a parte do mundo romano. Esse crescimento do cristianismo foi impressionante, pois em apenas quarenta anos a nova religião congregava adeptos não apenas judeus, como gregos e romanos.

Os mais antigos documentos escritos pelos cristãos, depois dos textos do Novo Testamento, datam do final do primeiro século d.C. Na "doutrina dos doze apóstolos", as primeiras palavras são:

*Há dois caminhos, um da vida e outro da morte, mas muito os separa. O caminho da vida é este: em primeiro lugar, amar a Deus, que te criou, depois, amar ao próximo como a ti mesmo; na verdade, tudo que não desejares que seja feito contigo, tampouco fazei aos outros.* [pág. 129]

Princípios como estes criaram uma grande solidariedade entre os primeiros cristãos e levaram à expansão do cristianismo, principalmente entre as classes baixas. A pregação do cristianismo, com seu destaque para a salvação e da ressurreição da alma, explica seu êxito.

A tolerância que os romanos tiveram para com diversas religiões do mundo por eles conquistadas não existiu entretanto para com a religião cristã. Os motivos da intensa perseguição sofrida pelos cristãos no período imperial não são somente de caráter religioso, mas também e principalmente político. Os cristãos realizavam seus cultos secretos, viviam em pequenos grupos e foram, nos primeiros tempos, tomados por bruxos e feiticeiros, na medida em que recusavam mostrar respeito pelos deuses romanos. Além disso, os cristãos, monoteístas, não reconheciam a divindade do imperador e não aceitavam o culto a ele e ao Estado, sendo considerados uma ameaça à segurança do Estado romano.

Durante mais de dois séculos haverá perseguições aos cristãos, pois o Estado romano via na sua recusa ao culto aos deuses e ao imperador um desafio à ordem. As execuções públicas dos cristãos, martirizados em espetáculos nos quais eram crucificados ou jogados às feras famintas para serem devorados, eram vistas e apreciadas por muita gente. Para a maioria dos romanos que não se havia convertido, os cristãos eram apresentados como uma ameaça nociva, pois se recusavam a honrar os deuses e os imperadores.

A partir do século iii, o Império Romano ingressou num período dramático de crise interna, com guerras civis duradouras, entre 230 e 260 d.C. A era das conquistas chegara ao fim e houve mesmo uma diminuição do território dominado. Assim, o abastecimento de escravos ficou comprometido, desorganizando a economia com dramáticas consequências sociais e políticas.

As razões dessa crise ainda consomem muito tempo de pesquisa e reflexão dos historiadores, provocando até hoje debates entre as diversas interpretações do fenômeno. Por ora, basta dizer que foi justamente nessa época que o cristianismo consolidou-se como uma religião importante e com um grande número de adeptos por todo o Império. Muitos romanos, assustados com as consequências da crise, procuraram consolo nas crenças religiosas. A religião [pág. 130] oficial já não lhes propiciava paz de espírito e foram, portanto, procurar certezas e tranquilidades em outras religiões, rompendo com as tradições romanas. O cristianismo era uma das opções e atraiu muita gente, dando esperanças.

Além dos pobres e escravizados, o cristianismo começou a ter adeptos também entre as classes altas do mundo romano, a começar pela conversão das mulheres de elite, marginalizadas nas religiões tradicionais, mas encontrando

espaço na nova religião. A esperança da instauração do paraíso na terra, que havia caracterizado a primeira geração de cristãos, foi sendo substituída pela noção de recompensa em uma vida pós-morte. Foi isto que tornou o cristianismo atrativo para as mais diversas classes sociais, pois ao sofrimento e às incertezas no presente o cristianismo contrapunha a esperança e o consolo de uma vida feliz e eterna no além.

Num primeiro momento, esses progressos alarmaram os imperadores romanos que intensificaram as perseguições contra os cristãos, desde as primeiras campanhas, já na época de Nero (século I a.C.), até o início do século iv d.C. Entretanto, mais tarde, os governantes consideraram uma boa estratégia não se oporem aos cristãos e, mais, aliarem-se a eles para manterem-se no poder. Assim, o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313 d.C., liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador, procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembléia da qual participaram os principais padres cristãos. No concílio, foram discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois, Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas idéias. Antes de morrer, o imperador resolveu batizar-se também.

Quando o imperador romano Constantino, no século iv d.C., converteu-se ao cristianismo, já havia cristãos em quase todo o mundo romano, ainda que fossem uma minoria. Os cristãos já possuíam uma organização, a Igreja Cristã, com uma estrutura hierárquica bem definida. Particular destaque na Igreja tinham os bispos, que controlavam a vida espiritual dos fiéis em suas áreas de atuação, o que faziam tanto por meio de pregações, como da [pág. 131] ação dos sacerdotes. Constantino pôde contar com essa estrutura para firmar-se no poder. Por isso, a conversão do imperador logo implicou que o Império Romano passasse a ser chamado de Império Romano Cristão. Depois dele, todos os imperadores que o sucederam, com exceção de apenas um, diziam-se cristãos. Na segunda metade do século Iv a maioria dos cidadãos em quase todo o mundo romano era já formada por cristãos. A vitória total do cristianismo deu-se na época do imperador Teodósio, no final do século Iv, que concedeu aos cristãos numerosos privilégios: escolhia entre eles os principais dignitários do Império; confiava aos bispos uma parte da administração das cidades e perseguia implacavelmente os pagãos, palavra que passou a designar pejorativamente os que acreditavam na antiga religião, que continuou a ser praticada apenas nas áreas rurais mais remotas.

Enfim, o cristianismo passou de religião do imperador para religião oficial, primeiro convivendo com o culto aos deuses e, depois, proibindo de vez o

paganismo. O cristianismo espontâneo dos primeiros tempos tornou-se o "cristianismo administrado" pelos poderosos. A comunidade de "pobres" dos primeiros anos havia se transformado em uma "Igreja" ("assembléia" em grego) com uma estrutura hierárquica centrada nos bispos, agora no centro do poder político. Quando o Império Romano tornou-se oficialmente cristão, Igreja e Estado começaram a confundir-se. Surgido entre os pobres, o cristianismo passou a ser o alicerce do Estado romano, uma mudança radical na civilização romana ocorrida em menos de três séculos.

Quando o cristianismo se tornou a religião do Estado, o culto aos antigos deuses começou a ser combatido, ainda que persistisse, por muitos séculos. Não foi combatido à toa, mas porque o cristianismo tornou-se uma religião de Estado e os que não o aceitassem estariam, de certo modo, desafiando o poder. Nos lugares mais distantes, no campo, o cristianismo demorou a firmar-se, daí que os que cultuavam deuses tenham sido chamados de "pagãos", os habitantes das aldeias. O cristianismo foi, assim, fundamental para a mudança da sociedade e o fim do mundo antigo liga-se, diretamente, à sua transformação em religião oficial. [pág. 132]



Símbolos do cristianismo primitivo (Bonifacio e Maréchal, *Histoire Rome*, 1964: 99).

## O FIM DA CIVILIZAÇÃO romana clássica

Em uma palavra, pode dizer-se que, com o cristianismo de Estado, estamos diante de uma nova civilização, diversa da cultura clássica. Politicamente, o Império Romano continuou a existir até o século v (no Ocidente e até o século Xv no Oriente, com o Império Bizantino. Durante a Idade Média, houve diversos estados que se chamaram romanos, mas o mundo já era completamente outro. Embora o cristianismo tenha surgido no quadro cultural do mundo

clássico, sua adoção como religião pelo Estado romano criava as bases de um modo de pensar e de viver que diferia, era pura raiz, dos princípios da cultura greco-latina. O que haveria de comum a essa cultura que, durante um milênio, abrangeu diversas áreas do Mediterrâneo e suas adjacências? Pequenas cidades-estados gregas e o imenso Império Romano tinham muitas diferenças, mas o que os unia era, precisamente, o reconhecimento da diversidade, interna e externa. Não havia um deus único, mas deuses, com suas tantas particularidades. Em cada cidade, havia diversos grupos [pág. 133] sociais que se reconheciam como tais, assim como as cidades se permitiam serem regidas por constituições próprias. As religiões e as filosofias sabiam-se múltiplas, não pretendiam impor-se a todos. Uns eram de um jeito, outros de outro. Esta a essência do mundo antigo que se alterou, de forma radical, com o cristianismo de Estado. Deus passou a ser único e não havia mais espaço para a diversidade de cultos, crenças e costumes, que deviam estar sob o controle da Igreja, instituição universal, que a todos abrange e não permite a diferença. Esta Igreja passou a chamar-se, por isso, Católica, que quer dizer "Universal". A civilização clássica, heterogênea e pluralista, chegava, assim, ao seu ocaso. Esse espírito livre e criativo de gregos e romanos não deixou de animar a humanidade nestes últimos dois mil anos, sempre que o homem se pôs a refletir sobre a liberdade, como no Renascimento, nas revoluções americana e francesa... mas esta já é outra história. [pág. 134]

## Sugestões de leitura

Há já muitos livros voltados para o mundo antigo, em português, diversos deles escritos por autores brasileiros. Apresentam-se aqui, de forma separada, autores antigos e modernos. Algumas obras em língua estrangeira, muito importantes e citadas no livro, ainda não disponíveis em tradução portuguesa, também estão sugeridos. E, por fim, indico a leitura de algumas publicações que tratam de fontes arqueológicas.

### AUTORES antigos

- FONTES, Joaquim Brazil. *Variações sobre a lírica de Safo. Texto grego e variações livres*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.  
LEMINSKY, Paulo. *Satyricon de Petronio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.  
OLIVA NETO, João Ângelo. *O Livro de Catulo*. São Paulo: Edusp, 1996.  
TORRANO, Jaa. *Bacas, de Eurípides, original grego e tradução*. São Paulo: Hucitec, 1995.

### COLETÂNEAS de documentos antigos

- FUNARI, Pedro Paulo A. *Antigüidade Clássica, História e cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.  
PINSKY, Jaime. *Cem textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 1990. [pág. 135]

### AUTORES modernos

- BENOIT, Hector. *Sócrates. O nascimento da razão negativa*. São Paulo: Moderna, 1996.  
BERNAL, Martin. *Black Athena. The Afroasiatic roots of Classical Civilization*. New Brunswick: Rutgers, 1987.  
BLOCH, Raymond. *Os etruscos*. Lisboa: Verbo, 1970.  
\_\_\_\_\_. *Origens de Roma*. Lisboa: Verbo, 1996.

CANTARELLA, Eva. *Según Natura, La bisexualidad en el mundo antiguo*. Madri: Akal, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A cidade-estado antiga*. São Paulo: Ática, 1986.

FAVERSANI, Fábio. *A pobreza no Satyricon de Petronio*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

FINLEY, Moses. *A economia antiga*. Porto: Afrontamento, 1980.

\_\_\_\_\_. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*. São Paulo: Atual, 1996.

\_\_\_\_\_. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Roma, vida pública e vida privada*. 9ª ed. São Paulo: Atual, 2000.

GOODMAN, Martin. *The Roman World, 44 BC-AD 180*. Londres: Routledge, 1997.

GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1988.

MAESTRI, Mário. O escravismo *antigo*. São Paulo: Atual, 1986.

MENDES, Norma M. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VERNANT, Jean Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia Antiga*. Campinas: Papirus, 1989.

[pág. 136]

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1987.

WOOD, Ellen Meiksins. *Peasant-citizen and slave. The foundations of Athenian democracy*. Londres: Verso, 1989.

FONTES arqueológicas

*Antigas Civilizações*. São Paulo: Ática, 1995.

CORNELL, Tim e MATTHEWS, John. *Roma*. Madri: Edições del Prado, 1986.

*Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim: Academia de Ciências, desde 1863.

LEVI, Peter. *Grécia*. Madri: Edições del Prado, 1996.

Um outro modo de saber mais sobre a Antigüidade Clássica é conhecer um pouco da produção dramática do período. Por exemplo, existem as comédias latinas *Os Menecmos* e *Aululária*, de Plauto e a tragédia grega *Medéia*, publicadas pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp - Araraquara, traduzidos por Edvanda Bonavina da Rosa e José Dejalma Dezotti.

Há, também diversos filmes que podem ser utilizados, com algum proveito, para se compreender a Antigüidade (sempre tomando cuidado e tendo em conta que se trata de recriações dos cineastas): *Cleópatra*, *Spártaco*, *Gladiador* e *Satyricon*, de Fellini.

Dicas de *sites* que tratam de História antiga podem ser encontrados no livro de Ivan Esperança Rocha, *1000 sites de História Antiga* (São Paulo: Arte e Ciência, 1997).

Para quem gosta de literatura ficção, há *O enigma de Alexandre*, do escritor e arqueólogo italiano Valerio Máximo Manfredi e *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar. [pág. 137]

[pág. 138] Página em Branco



Anexo - Linha do tempo

GRÉCIA

Período pré-histórico e Proto-histórico	3000 a.C. Civilização das Ilhas Cidades Idade do Bronze
	2000 a.C. Civilização palaciana cretense
Período creto-micênico	1500 a.C. Civilização micênica Queda de Cnossos Uso de escrita linear A e B
Séculos obscuros	1000 a.C. Queda dos micênicos Introdução do ferro, vindo do Oriente Introdução do alfabeto de origem fenícia "Idade das Trevas"
	800 a.C. Aumento da população da Grécia Surgimento das cidades Expansão colonial grega para Oriente e Ocidente Tirantias Alfabeto grego Homero e Hesíodo

Período Arcaico	600 a.C. Início da cunhagem de moedas Início da democracia em Atenas Peloponeso controlado pelos esparciatas Princípio dos gêneros Tragédia e Comédia
Período Clássico	500 a.C. Invasões persas Atenas democrática domina a Liga de Delos Era de Péricles: Pártenon de Atenas construído (447-432) Guerras do Peloponeso Grandes autores gregos: Heródoto, Tucídides, Eurípedes
	400 a.C. Ascensão da Macedônia Filosofia em seu auge: Sócrates, Platão e Aristóteles Campanhas de Alexandre, o Grande Início do Período Helenístico em 330 Com os reinos herdados de Alexandre
Período Helenístico	200 a.C. Guerras Macedônicas Macedônia passa a ser uma província romana Incorporação da Grécia ao Império Romano (146) Grécia mantém-se como centro cultural do Mediterrâneo antigo

ROMA

Monarquia	800 a.C. Fundação mitológica de Roma em 753 Realeza
	600 a.C. Domínio etrusco Início tradicional da República, com a expulsão da realeza etrusca, em 509 Roma domina o Lácio
República	500 a.C. Domínio dos Patricios Lutas na Itália central Lei das Doze Tábuas (450)
	400 a.C. Roma saqueada pelos gauleses Direitos estendidos aos plebeus Expansão Romana na Itália Tratado de Roma com Cartago (348)
	300 a.C. Guerra com os cartaginenses Primeiros autores latinos
	200 a.C. Expansão romana fora da Itália Tribunatos de Tibério e Caio Graco e crise agrária Mário rompe as tradições: cônsul sete vezes, passa a aceitar proletários no exército romano

Principado ou Alto Império	100 a.C. Guerra social (91-89) entre romanos e itálicos) Guerra Civil e Sila Ditador (83-2) César conquista a Gália, toma-se ditador e é assassinado (44) Augusto torna-se o primeiro Imperador (31) Auge da literatura latina: Cícero, Catulo, Tito Livio, Ovídio
	Era Cristã Principado e as dinastias Júlio-Cláudia e Flávio-Trajana Erupção do Vesúvio e destruição de Pompéia (79) Construção do Coliseu (79) "Pax Romana"
Dominado ou Baixo Império	100 d.C. Auge das cidades e do comércio antigo Revoltas judaicas na Palestina Perseguições aos cristãos
	200 d.C. Extensão da cidadania romana a todos os habitantes livres do Império (212) Início de um regime mais abertamente monárquico, o Dominado "Crise do Século m": guerras civis (235-284) Grandes juristas consolidam a legislação romana: Ulpiano, Papiniano

- 300 d.C.  
Perseguição aos cristãos, seguida da liberdade de culto (313)  
Constantino, primeiro imperador cristão (324-337)  
Cristianismo religião oficial e perseguição aos outros cultos (382)  
Divisão do Império entre Ocidente e Oriente (395)
- 400 d.C.  
Saque de Roma (410)  
Último imperador romano no Ocidente (476)

[pág. 143]

*Fim*

Esta obra foi revisada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

[http://groups.google.com/group/Viciados\\_em\\_Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros)



**REPENSANDO A HISTÓRIA**  
tem por objetivo desenvolver a visão crítica por meio da discussão, análise e reformulação constante dos temas históricos. Pretende estimular a participação de todos no processo de elaboração do saber histórico, apresentando um tratamento desmitificador de visões consagradas e abordando questões que fazem parte do dia-a-dia das pessoas “comuns”, sistematicamente postas à margem da história.

O coordenador da coleção é JAIME PINSKY, historiador, doutor pela USP, professor titular da Unicamp e autor de vasta obra, da qual destaca-se o consagrado *Escravidão no Brasil*.

## GRÉCIA E ROMA.

Qual o sentido de estudarmos a Antiguidade em pleno século XXI? O que a cultura clássica tem a ver com a gente? A resposta reside no fato de a Antiguidade estar muito presente no nosso cotidiano: as estruturas de pensamento dos intelectuais modernos advêm das teorias de Aristóteles; a estética está recheada de influências dos magníficos templos gregos; o Direito romano é o fundamento do Direito brasileiro; o latim é a base da nossa língua; lembrando também que as primeiras experiências democráticas aconteceram na Grécia. Enfim, culturas que poderiam estar circunscritas a uma época longínqua, atravessaram os séculos, inspiraram pensadores, forneceram subsídios e matéria-prima para tantas outras culturas. Pedro Paulo Funari nos brinda com um painel amplo e instigante dos principais temas das civilizações clássicas recorrentes na atualidade, da mitologia grega à escravidão antiga. Estudantes, estudiosos, pesquisadores e todos aqueles que se interessam por História Antiga não poderão deixar de ler.

Pedro Paulo A. Funari é livre-docente em História Antiga, doutor em Arqueologia, mestre em Antropologia, bacharel em História, professor da Unicamp e pesquisador associado das universidades de Illinois (ISU) e de Barcelona. É autor de diversos livros publicados na Inglaterra, Espanha e Brasil.

ISBN: 85-7244-160-3



EDITORA  
**CONTEXTO**

PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO DO SABER